

JUCESP
05 12 22

SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A.

CNPJ/ME nº 69.034.868/0001-56

NIRE 35.300.368.169

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2022.

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Em 28 de outubro de 2022, às 10:30 horas, na sede social da Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A. ("Companhia"), no município de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 1.142, bloco 01, 3º andar, sala B, do Condomínio Empresarial Araguaia, Alphaville, CEP 06455-000.

2. **QUORUM:** Acionistas representando 100% (cem por cento) do capital da Companhia, a saber: (a) **SODEXO PASS INTERNATIONAL**, sociedade simples por ações constituída de acordo com as leis da França, com sede na França, no endereço 255 Quai de la Bataille de Stalingrad 92866 - Issy - Lés - Moulinaux Cedex 9, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 05.678.801/0001-24, neste ato devidamente representada por sua procuradora, a Sra. Bernarda Briceño Ramirez, venezuelana, casada, administradora, portadora da Cédula de Identidade RNM nº G378228-Z e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 239.575.508-74, domiciliada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia nº 1.142, Bloco 1, 3º andar, do Condomínio Empresarial Araguaia, Alphaville, CEP: 06455-000 e (b) **SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS DE INOVAÇÃO LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede social na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 1.142, Bloco 1, 3º andar, sala B1, do Condomínio Empresarial Araguaia, Alphaville, CEP 06455-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.744.404/0001-43, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.223.134.235, neste ato, representada na forma do seu contrato social pelo Sr. Thierry Noel Michel Guihard, francês, casado, administrador, portador do RNM nº F334688G, inscrito no CPF/ME sob o nº 073.756.121-10, domiciliado na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia nº 1.142, Bloco 1, 3º andar, do Condomínio Empresarial Araguaia, Alphaville, CEP: 06455-000

3. **CONVOCAÇÃO:** Dispensadas as formalidades de convocação, conforme disposto no artigo 18, § 3 do Estatuto Social da Companhia e artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

4. **MESA:** Presidente: **Bernarda Briceño Ramirez**; Secretário: **Thierry Noel Michel Guihard**.

5. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre (i) aprovar a lavratura da ata na forma sumária, como faculta o artigo 130º § 1º, da Lei das Sociedades por Ações (ii) a nomeação da Sra. **Mardely Esperanza Vega Ruiz**, brasileira naturalizada, casada, engenheira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 64.977.168-0 (SSP/SP), inscrita no CPF/ME sob o nº 233.394.878-71, residente e domiciliada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 1.142, Bloco 01, 3º andar, Bairro Alphaville Industrial, CEP 06455-000, do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (iii) ratificar a

JUCESP
05 12 22

composição do Conselho de Administração; (iv) formalizar a cessão e transferência de 1 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal do Sr. **Marcos Eduardo Binder** para a acionista **Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda.**; (v) alteração do valor para aquisições realizadas diretamente pelo Diretor Presidente referente a aquisições de ativos imobilizados, tangíveis ou intangíveis; (vi) alteração do valor para aquisições realizadas diretamente pelo Diretor Presidente referente a aquisições de ativos imobilizados, tangíveis ou intangíveis; (vii) alteração do valor para aquisições que devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração referente a aquisições de ativos imobilizados, tangíveis ou intangíveis; e (viii) Consolidação do Estatuto Social da Companhia.

6. **DELIBERAÇÕES:** Todas tomadas por unanimidade de votos:

(i) Aprovar a lavratura da presente ata na forma sumária, como faculta o artigo 130º, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações;

(ii) Aprovar a nomeação da Sra. **Mardely Esperanza Vega Ruiz**, acima qualificada, ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, conforme termo de posse Anexo II;

(iii) Ratificar a composição do Conselho de Administração da Companhia formado por até 4 (quatro) conselheiros, conforme abaixo:

a) Sr. **Juan Camilo Chaves Zuluaga**, colombiano, casado, engenheiro industrial, portador do passaporte nº PE117171, residente e domiciliado na CL 138 BIS #6 – 19 TO 9, ap. 301, NN – Santa Fé de Bogotá, Cundinamarca, Colômbia, CEP 80.233 como Presidente do Conselho de Administração;

b) Sr. **Aurélien Marie Pascal Dominique Sonet**, francês, casado, administrador, portador do passaporte nº 15FV16733, residente e domiciliado na 17 Avenue Emile Deschanel 75007, Paris, França;

c) Sr. **Thierry Noel Michel Guihard**, francês, casado, administrador, portador do RNM nº F334688G, inscrito no CPF/ME sob o nº 073.756.121-10, com endereço comercial na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 1.142, Bloco 01, 3º andar, Bairro Alphaville Industrial, CEP 06455-000; e

d) Sra. **Mardely Esperanza Vega Ruiz**, brasileira naturalizada, casada, engenheira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 64.977.168-0 (SSP/SP), inscrita no CPF/ ME sob o nº 233.394.878-71, residente e domiciliada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 1.142, Bloco 01, 3º andar, Bairro Alphaville Industrial, CEP 06455-000.

(iv) Formalizar a cessão e transferência de 1 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal do Sr. **Marcos Eduardo Binder** para a acionista **Sodexo Pass do Brasil**

JUCESP
05 12 22

Serviços de Inovação Ltda. Diante da cessão e transferência realizada no livro de transferência de ações nominativas, bem como a atualização das participações acionárias no livro de registro de ações nominativas da Companhia, o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, passa a vigorar com a seguinte nova redação:

"Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 760.741.471,00 (setecentos e sessenta milhões, setecentos e quarenta e um mil e quatrocentos e setenta e um reais) em moeda corrente do país, dividido em 764.880.354 (setecentas e sessenta e quatro milhões, oitocentas e oitenta mil e trezentas e cinquenta e quatro mil) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas entre os acionistas:

Acionista	Nº de Ações
Sodexo Pass International	467.206.393
Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda.	297.673.961
Total	764.880.354

Parágrafo único - A Companhia reconhece um só proprietário para cada ação ordinária, e a cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral."

(v) Aprovar a alteração do valor para aquisições realizadas diretamente pelo Diretor Presidente referente a aquisições de ativos imobilizados, tangíveis ou intangíveis para até € 200.000 (duzentos mil euros). Desta forma, o Artigo 12º passa a vigorar com a seguinte nova redação:

"Artigo 12º - Ao Diretor Presidente compete:

I. (...)

II. Representar a Companhia perante terceiros em geral, nas atividades ordinárias de gerência dos negócios sociais, assinando todos os documentos, contratos e papéis necessários à realização do objeto social, atuando nos limites deste Estatuto Social. Em relação à prática dos seguintes atos, o Diretor Presidente deve obter previamente a autorização do Conselho de Administração, conforme determinado no artigo 15º:

a) (...)

b) aquisições, por qualquer forma, de ativos imobilizados, tangíveis ou intangíveis, cujo valor ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 200.000 (duzentos mil euros), convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento."

(vi) Aprovar o valor para aquisições que devem ser aprovadas pelo Conselho de

JUCESP
05 12 22

Administração referente a aquisições de ativos imobilizados, tangíveis ou intangíveis para valor superior a € 200.000 (duzentos mil euros). Desta forma, o Artigo 15º passa a vigorar com a seguinte nova redação:

"Artigo 15º - Compete ao Conselho de Administração:

VI. Manifestar-se, previamente, sobre os seguintes atos de competência da Diretoria:

a) (...);

b) aquisições, por qualquer forma, de ativos imobilizados, tangíveis ou intangíveis, cujo valor ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 200.000 (duzentos mil euros), convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento"


(vii) Consolidar o Estatuto Social da Companhia, cuja versão será a constante do Anexo I à presente ata.

7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes.

Assinaturas: Sra. **Bernarda Briceño Ramirez** (Presidente); Sr. **Thierry Noel Michel Guihard** (Secretário); Acionistas: Sodexo Pass International (p.p. Bernarda Briceño Ramirez) e Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda. (r.p. Thierry Noel Michel Guihard).


A presente é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.

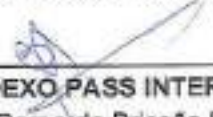
Barueri, 28 de outubro de 2022.


Bernarda Briceño Ramirez
Presidente


Thierry Noel Michel Guihard
Secretário

ACIONISTAS:


SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS DE INOVAÇÃO LTDA.
Por: Thierry Noel Michel Guihard
Cargo: Diretor Presidente


SODEXO PASS INTERNATIONAL
p.p. Bernarda Briceño Ramirez.



JUCESP

JUCESP
05 12 22

ANEXO I
ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA
SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A.
CNPJ/ME nº 69.034.668/0001-56
NIRE 35.300.368.169

DENOMINAÇÃO, PRAZO E SEDE

Artigo 1º - A Companhia opera sob a denominação social de **SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A.**, e reger-se-á pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, notadamente a Lei nº 6.404/76.

Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 1.142, Bloco 1, 3º andar, sala B, do Condomínio Empresarial Araguaia, Alphaville, CEP: 06455-000, podendo, mediante deliberação em Assembleia Geral de acionistas representando mais da metade do capital social, abrir filiais, escritórios e representações no País ou no exterior.

Artigo 3º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

OBJETO SOCIAL

Artigo 4º - A Companhia tem por objeto:

- a) a instituição de arranjos de pagamento próprios, sendo responsável por desenvolver as regras e os procedimentos que disciplinam a prestação de serviços de pagamento ao público;
- b) a prestação de atividades, no âmbito do seu próprio arranjo de pagamento, como instituição de pagamento, que incluem, mas não se limitam, a prestação dos seguintes serviços de pagamento:
 - (i) execução ou facilitação de instrução de pagamento relacionada ou não às transações de pagamento para compra de bens, produtos e/ou serviços destinados (1) a refeições ou gêneros alimentícios em estabelecimentos fornecedores de bens e serviços, como restaurantes, lanchonetes, supermercados, armazém, açougue, padaria e similares, por funcionários e/ou terceiros indicados pelas empresas clientes; (2) a aquisição de serviços e/ou produtos culturais e artísticos na rede de estabelecimentos comerciais específicos, por funcionários e/ou terceiros indicados pelas empresas clientes e (3) a bens e/ou serviços em estabelecimentos fornecedores de bens e/ou prestadores de serviços, por funcionários e/ou terceiros indicados pelas empresas clientes;
 - (ii) gerenciamento de contas de pagamento devedas por pessoas físicas ou jurídicas;

DUCEP
05 12 22

- (iii) gestão do uso de moeda eletrônica;
 - (iv) emissão de instrumentos de pagamento;
 - (v) credenciamento e a aceitação de instrumentos de pagamento e do uso de moeda eletrônica;
 - (vi) conversão de moeda física ou escritural em moeda eletrônica, ou vice-versa;
 - (vii) execução de remessa e transferência de recursos para estabelecimentos credenciados; e
 - (viii) captura e liquidação financeira das transações de pagamento capturadas pelos sistemas da Companhia ou de terceiros
- c) a prestação de serviços de administração de sistemas e/ou contratos de convênio, de qualquer natureza, implementados por infraestrutura tecnologia intrínseca à utilização de instrumentos de pagamento;
- d) prestação de serviços relacionados a soluções e meios de pagamentos em geral;
- e) desempenho de atividades pertinentes, intermediárias e correlatas às mencionadas nos itens precedentes,
- f) a prestação de serviços de campanha de incentivos;
- g) a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, no país ou no exterior, cujo objeto social seja relacionado, necessário ou conveniente à consecução do objeto social da Sociedade, e a administração de seus próprios bens de renda;
- h) a prestação por conta própria ou de terceiros de serviços de cobrança em geral;
- i) a representação comercial por conta própria ou de terceiros de sociedades nacionais ou estrangeiras;
- j) a prestação de serviços de inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade; e
- k) o recebimento de pagamentos de qualquer natureza e outras atividades decorrentes da execução de contratos e convênios de prestação de serviços mantidos pela instituição contratante com terceiros.

CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 760.741.471,00 (setecentos e sessenta milhões, setecentos e quarenta e um mil e quatrocentos e setenta e um reais) em moeda corrente do país, dividido em 764.880.354

DUCESP
05 12 22

(setecentas e sessenta e quatro milhões, oitocentas e oitenta mil e trezentas e cinquenta e quatro mil) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas entre os acionistas:

Acionista	Nº de Ações
<i>Sodexo Pass International</i>	<i>467.206.393</i>
<i>Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda.</i>	<i>297.673.961</i>
Total	764.880.354

Parágrafo único - A Companhia reconhece um só proprietário para cada ação ordinária, e a cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Artigo 6º - Os acionistas decidirão, através de Assembleia Geral, alteração de Estatuto Social ou outros atos de deliberação, não obstante as matérias de sua exclusiva competência, sobretudo quanto disser respeito à Companhia, sem limitação de qualquer natureza.

Artigo 7º - As deliberações serão tomadas pelos acionistas observando o disposto abaixo:

I. pelos votos correspondentes, no mínimo, a 3/4 (três quartos) do capital social, nos casos de modificação do estatuto social, incorporação, fusão e dissolução da Companhia, a cessação do estado de liquidação, criação de "joint venture", aquisição de ativos ou quotas ou ações de outra sociedade, bem como a aprovação para a tomada e concessão de empréstimos, alienação, por qualquer forma, de qualquer ativo tangível ou intangível, cujo valor contábil individual ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 50.001 (cinquenta mil e um euros), convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, e, ainda, a aprovação para a concessão, pela Companhia ou por qualquer de suas controladas, de avais, fianças ou quaisquer outras garantias em relação a obrigações de terceiros, de qualquer acionista ou para atingi-los, qualquer que seja o valor envolvido; e

II. pelos votos correspondentes a mais da metade do capital social, nos casos de aprovação das contas da administração, designação e/ou destituição de conselheiros, o modo de suas respectivas remunerações, podendo inclusive estabelecer que conselheiros não perceberão qualquer remuneração, e aprovação do pedido de recuperação judicial ou de falência da Companhia, nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas.

Artigo 8º - Os acionistas reunir-se-ão por convocação de qualquer um deles ou de quaisquer diretores ou conselheiros da Companhia, por meio de fax, e-mail, carta ou telegrama, ou qualquer outro meio escrito, com 8 (oito) dias de antecedência, instalando-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo três quartos do capital social e, em segunda, com qualquer número.

DUCESP
05 12 22

Parágrafo único - É dispensada a convocação quando da Assembleia Geral participarem todos os acionistas.

ADMINISTRAÇÃO

Artigo 9º - A administração da Companhia será exercida por dois órgãos distintos, a Diretoria, nomeada pelo Conselho de Administração, e o Conselho de Administração, cujos membros serão nomeados pelos acionistas, sendo que tais membros dos órgãos de administração da Companhia terão as atribuições e as competências definidas neste Estatuto Social e na legislação aplicável, em especial a Lei nº. 6.404/76.

Parágrafo primeiro - Compete a qualquer dos Diretores e a qualquer membro do Conselho de Administração, convocar, quando necessário, Assembleia Geral.

Parágrafo segundo - A designação, nomeação, destituição e/ou substituição dos membros da Diretoria dependerá de votos da maioria dos membros do Conselho de Administração e, quanto aos membros do Conselho de Administração, os atos acima mencionados dependerão da aprovação da unanimidade dos acionistas.

Parágrafo terceiro - Os administradores, em qualquer caso, atuarão nos limites da lei e do Estatuto Social.

Parágrafo quarto - Qualquer mudança ou revogação dos poderes dos administradores implicará na revogação automática de todos os mandatos existentes, que sejam atingidos pelas modificações.

Artigo 10º - São expressamente vedados, sendo, nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer dos acionistas, diretores, membros do Conselho de Administração, procuradores ou empregados que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos aos objetivos sociais, bem como qualquer ato que contrarie o disposto neste Estatuto Social.

DA DIRETORIA

Artigo 11º - A Diretoria será composta por 2 (dois) membros, pessoas físicas residentes e domiciliadas no País, com títulos específicos de Diretor Presidente e Diretor Financeiro, ambos eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia.

Parágrafo único - Os mandatos dos Diretores serão estabelecidos no momento de suas respectivas designações, sendo admitida a recondução.

Artigo 12º - Ao Diretor Presidente compete:

- I. Representar a Companhia em Juízo ou fora dele, ativa e passivamente, inclusive perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais, bem como perante cortes arbitrais, excluindo-se as autoridades do Mercado de Capitais;

DUCESP
05 12 22

II. Representar a Companhia perante terceiros em geral, nas atividades ordinárias de gerência dos negócios sociais, assinando todos os documentos, contratos e papéis necessários à realização do objeto social, atuando nos limites deste Estatuto Social. Em relação à prática dos seguintes atos, o Diretor Presidente deve obter previamente a autorização do Conselho de Administração, conforme determinado no artigo 15º:

- a) transações comerciais cujo valor envolvido ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 75.000.000 (setenta e cinco milhões euros), convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado;"
- b) aquisições, por qualquer forma, de ativos imobilizados, tangíveis ou intangíveis, cujo valor ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 200.000 (duzentos mil euros), convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento;
- c) aluguéis, empréstimos e negociações de todos os tipos de direitos reais ou pessoais, quando o limite máximo do valor equivalente em moeda nacional a € 333.000 (trezentos e trinta e três mil euros), convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, tiver sido ultrapassado no período anual, ou, no período de 03 (três) anos, exceder o valor de € 1.000.000 (um milhão de euros);
- d) contratação, demissão de empregados, colaboradores, prestadores de serviço envolvendo a contratação de mão de obra especializada, assinatura de acordos, transações neste âmbito, cujo valor ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 100.000 (cem mil euros) por ano, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como aprovar a remuneração dos principais executivos da Companhia e/ou das sociedades por ela controladas, caso tal remuneração, computando-se salário, benefícios e outros direitos a qualquer título ultrapasse o valor acima.

III. Abrir, operar e encerrar contas bancárias em nome da Companhia, assinando todos os documentos ou contratos bancários necessários ao desempenho desta função, inclusive contratos de câmbio, financiamento, avais e fianças, emitindo e endossando cheques, ordens de pagamento, aceites, notas promissórias, reconhecimento de dívidas e outros títulos de crédito ou documentos de dívidas. Em relação à prática dos seguintes atos, o Diretor Presidente deve obter previamente a autorização do Conselho de Administração, conforme determinado no artigo 15º:



JUCESP
05 12 22

- a) quaisquer tipos de ordens pagamentos e/ou transações bancárias, cujo valor, por transação, ultrapassar o equivalente em moeda nacional a € 10.000.000 (dez milhões de euros) para terceiros e/ou até a quantia de € 25.000.000 (vinte e cinco milhões de euros) entre contas de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado;
- IV. Fixar as orientações e diretrizes gerais da Companhia, que deverão ser submetidas à aprovação do Conselho de Administração, na forma do artigo 15º, inciso I;
- V. Alienar, por qualquer forma, qualquer ativo tangível ou intangível. Em relação à alienação de qualquer ativo tangível ou intangível, cujo valor contábil individual ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 50.000 (cinquenta mil euros), convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, o Diretor Presidente deve obter previamente a autorização dos acionistas, conforme determinado no artigo 7º;
- VI. Administrar a Companhia segundo as prescrições legais aplicáveis, bem como conduzir os negócios da Companhia respeitando as leis e o Estatuto Social, bem como as orientações e diretrizes dos negócios sociais aprovadas pelo Conselho de Administração e as decisões deste órgão.

Parágrafo primeiro - O Diretor Presidente poderá outorgar procurações em nome da Companhia, no limite da sua competência, que, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão conter um período de validade limitado a, no máximo, 01 (um) ano.

Parágrafo segundo - As procurações em nome da Companhia com fins judiciais podem ser conferidas por prazo indeterminado.

Artigo 13º - Ao Diretor Financeiro compete representar a Companhia perante as autoridades de Mercado de Capitais.

Parágrafo primeiro - O Diretor Financeiro poderá outorgar procurações em nome da Companhia, no limite da sua competência, que, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão conter um período de validade limitado a, no máximo, 01 (um) ano.

Parágrafo segundo - As procurações em nome da Companhia com fins judiciais podem ser conferidas por prazo indeterminado.

Parágrafo terceiro - O Diretor Financeiro tem competência concorrente com o Diretor Presidente para os seguintes atos:



JUCESP
05 12 22

- I. Preparar e emitir as indicações financeiras da Companhia, em obediência aos princípios da contabilidade;
- II. Abrir, operar e encerrar contas bancárias em nome da Companhia, observada a competência estabelecida no artigo 15º, VI, letra "d", privativa do Conselho de Administração; e
- III. Emitir e endossar cheques, ordens de pagamento, aceites, notas promissórias, reconhecimento de dívidas e outros títulos de crédito ou documentos de dívida, observada a competência estabelecida no artigo 15º, VI, letra "d", privativa do Conselho de Administração.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 14º - O Conselho de Administração será composto por 4 (quatro) membros, indicados e destituíveis a qualquer tempo pelo voto de acionista ou acionistas que representem mais da metade do capital social:

Parágrafo primeiro - Podem compor o Conselho de Administração pessoas físicas, brasileiras ou estrangeiras, residentes ou não no País.

Parágrafo segundo - O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 2 (dois) anos, admitida a reeleição, devendo os conselheiros permanecer nos respectivos cargos até a posse de seu sucessor.

Parágrafo terceiro - A acionista ou acionistas que representem mais da metade do capital social caberá designar o Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo quarto - O Conselho de Administração reunir-se-á por convocação de qualquer administrador, conselheiro ou diretor, através de fax, e-mail, carta ou telegrama, ou ainda, por qualquer outro meio de correspondência, física ou eletrônica.

Parágrafo quinto - A convocação dos membros do Conselho de Administração será dispensada quando da reunião participar todos os conselheiros.

Parágrafo sexto - Compete ao Presidente do Conselho, além do seu próprio voto, o exercício de voto de desempate das decisões do Conselho de Administração, quando necessário.

Parágrafo sétimo - A reunião do Conselho de Administração será dispensável quando todos os conselheiros decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

Parágrafo oitavo - Na hipótese do parágrafo anterior, tanto as deliberações quanto a decisão do órgão poderão ser realizadas através de fax, e-mail, carta ou telegrama, ou ainda, qualquer outro meio de correspondência, física ou eletrônica.

DUCESP
05 12 22

Parágrafo nono - Em qualquer hipótese, tanto as deliberações quanto as decisões do Conselho de Administração serão arquivadas pelo seu Presidente e, quando afetarem terceiros, serão publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis.

Parágrafo décimo - Os membros do conselho serão nomeados através de assembleia pelo voto de acionista ou acionistas que representem mais da metade do capital social.

Artigo 16º - Compete ao Conselho de Administração:

- I. Nomear, destituir, eleger e/ou substituir os Diretores da Companhia;
- II. Aprovar a orientação geral dos negócios da Companhia fixados pelo Diretor Presidente;
- III. Monitorar e acompanhar a gestão da Diretoria, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, bem como de quaisquer outros documentos e atos;
- IV. Manifestar-se sobre o relatório da administração e sobre as contas da Diretoria;
- V. Eleger e destituir auditores independentes, estabelecendo suas atribuições e remunerações;
- VI. Manifestar-se, previamente, sobre os seguintes atos de competência da Diretoria:
 - a) quaisquer transações comerciais cujo valor envolvido ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 75.000.000 (setenta e cinco milhões euros), convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado;
 - b) aquisições, por qualquer forma, de ativos imobilizados, tangíveis ou intangíveis, cujo valor ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 200.000 (duzentos mil euros), convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento;
 - c) aluguéis, empréstimos e negociações de todos os tipos de direitos reais ou pessoais, quando o limite máximo do valor equivalente em moeda nacional a € 333.000 (trezentos e trinta e três mil euros), convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, tiver sido ultrapassado no período anual, ou, no período de 03 (três) anos, o valor exceder a € 1.000.000 (um milhão de euros);
 - d) quaisquer tipos de ordens pagamentos e/ou transações bancárias, cujo valor, por transação, ultrapassar o equivalente em moeda nacional a € 10.000.000 (dez milhões de euros) para terceiros e/ou até a quantia de € 25.000.000 (vinte e cinco milhões de euros) entre contas de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre

JUCESP
05 12 22

as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; e

e) contratação, demissão de empregados, colaboradores, prestadores de serviço, assinatura de acordos, transações neste âmbito, cujo valor ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 100.000 (cem mil euros) por ano, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como aprovação da remuneração dos principais executivos da Companhia e/ou das sociedades por ela controladas, caso tal remuneração, computando-se salário, benefícios e outros direitos a qualquer título ultrapasse o valor acima.

- VII. Autorizar negócios de qualquer natureza entre a Companhia e/ou qualquer de suas controladas, com qualquer uma de seus acionistas, pessoa física ou jurídica, bem como com qualquer sócio ou acionista de seus sócios pessoa jurídica ou sociedade direta ou indiretamente controlada por qualquer dos referidos sócios ou acionistas, ou ainda com o Diretor Presidente ou com o Diretor Financeiro, ou Diretores das sócias, pessoas jurídicas, da Companhia.

Parágrafo único - São ineficazes perante a Companhia os atos praticados pela Diretoria fora dos limites das suas atribuições, bem como aqueles em desacordo com as orientações e/ou decisões do Conselho de Administração.

CONSELHO FISCAL

ARTIGO 16º - A Companhia não terá Conselho Fiscal.

MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

Artigo 17º - O presente Estatuto Social poderá ser livremente alterado, a qualquer tempo, por deliberação em Assembleia Geral da acionista ou acionistas que representem, no mínimo, 3/4 (três quartos) do capital social, salvo nos casos de modificação do Estatuto Social para refletir matérias cuja deliberação dependa de quórum especial previsto neste Estatuto Social, hipótese em que prevalecerá o quórum especial, ainda que inferior ao quórum geral de 3/4 (três quartos)

CESSÃO DE AÇÕES E DIREITO DE PREFERÊNCIA

Artigo 18º - Nenhum dos acionistas poderá ceder, transferir ou de qualquer forma onerar quaisquer de suas ações ou direitos a ela inerentes, as demais acionistas ou a terceiros sem o prévio consentimento, por escrito, de acionista ou acionistas titulares de mais da metade do capital social.

Parágrafo primeiro - A Companhia não reconhecerá qualquer efeito perante os acionistas, a Companhia e terceiros, o ato pelo qual uma acionista venha a caucionar ou de qualquer forma, empenhar suas ações ordinárias, no todo ou em parte.



Página 13 de 15

DUCESP
05 12 22

Parágrafo segundo - Fica garantido os acionistas da Companhia o direito de preferência à aquisição das ações de emissão da Companhia, em igualdade de condições e proporcionalmente à participação detida pelos acionistas no seu capital social. A preferência incidirá na cessão, transferência, usufruto e/ou qualquer forma de alienação ou oneração, direta ou indireta, das ações e/ou dos direitos a elas inerentes, até mesmo de subscrição, salvo no caso de cessão e transferência de ações entre pessoas físicas ou jurídicas relacionadas, coligadas, controladas ou controladoras de qualquer dos acionistas, aderir, obrigatoriamente, aos termos e condições deste Estatuto Social.

EXTINÇÃO DE ACIONISTA PESSOA JURÍDICA

Artigo 19º - A Companhia não se dissolverá pela retirada, extinção, liquidação, falência ou recuperação judicial de qualquer acionista pessoa jurídica, continuando com o remanescente pelo prazo legal, período no qual deverá ser admitida nova acionista.

Artigo 20º - Não se considerará extinção de acionista pessoa jurídica, a sua incorporação, fusão ou cisão.

EXERCÍCIO SOCIAL, LUCROS E SUA DESTINAÇÃO

Artigo 21º - O ano social coincide com o ano civil, encerrando-se, portanto, em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social e correspondente ao mesmo será levantado o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício e a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, de conformidade com as prescrições e faculdades legais, contratuais e fiscais.

Artigo 22º - Os lucros apurados no balanço a que se refere o Artigo 21, acima, terão o destino que for deliberado pelos acionistas representando a maioria do capital social, observando-se as retenções legalmente previstas. Os dividendos mínimos obrigatórios serão de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 e seus parágrafos, da Lei nº 6.404/76, compensando-se os dividendos intermediários que tenham sido declarados no curso do exercício.

Parágrafo Primeiro: Os dividendos previstos neste Artigo poderão deixar de ser distribuídos total ou parcialmente aos acionistas, desde que atendidas as disposições dos parágrafos 3º a 6º do artigo 202, da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Segundo: Após atendidas as disposições contidas neste Artigo, o saldo remanescente do lucro líquido do exercício terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, com base na proposta da Administração, e respeitadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Artigo 23º - A Companhia poderá levantar balanços intercalares e intermediários, para fins de distribuição de lucros e pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos do artigo 204, da Lei nº 6.404/76 e sem prejuízo ao disposto no Artigo 22 deste Estatuto, desde que aprovado em Assembleia Geral por acionistas representando a maioria do capital social.

JUCESP
05 12 22

DISSOLUÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 24º - Ocorrerá a dissolução da Companhia nos casos legais ou quando assim for deliberado em Assembleia Geral pela acionista ou acionistas titulares de 3/4 (três quartos) do Capital Social.

REGÊNCIA

Artigo 25º - A Companhia será regida pelo disposto neste estatuto social, bem como pelo estabelecido na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, aplicando-se, nos casos omissos exclusiva e supletivamente a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

ALTERAÇÃO DE QUORUM POR LEI SUPERVENIENTE

Artigo 26º - Os quóruns de deliberação de acionistas indicados neste Estatuto Social serão automaticamente reduzidos para os mínimos permitidos em lei, mas nunca inferiores a mais da metade do capital social, no caso de modificação legal que autorize a sua redução.

FORO

Artigo 27º - Para dirimir todas e quaisquer dúvidas e/ou controvérsias oriundas deste Contrato Social, fica desde já eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.



ANEXO II

SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A.
CNPJ/ME nº 69.034.668/0001-56
NIRE 35.300.368.169

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2022.**

TERMO DE POSSE E DESEMPEDIMENTO

Neste ato, em 28 de outubro de 2022, em conformidade com o disposto no artigo 149 da Lei das Sociedades por Ações, e uma vez que houve comprovação dos requisitos previstos nos Artigos 146 e 147 da referida Lei, a Sra. **Mardely Esperanza Vega Ruiz**, brasileira naturalizada, casada, engenheira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 64.977.168-0 (SSP/SP), inscrita no CPF/ME sob o nº 233.394.878-71, residente e domiciliada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 1.142, Bloco 01, 3º andar, Bairro Alphaville Industrial, CEP 06455-000 fica investida no cargo de membro do Conselho de Administração da **SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A.** ("Companhia"), com sede no município de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 1.142, bloco 01, 3º andar, sala B, do Condomínio Empresarial Araguaia, Alphaville, CEP 06455-000, eleita na Ata da Assembleia Geral realizada nesta data, com mandato de 3 (três) anos contados desta data ou até a eleição de seu sucessor, o que ocorrer por último, e aceita sua respectiva nomeação, declarando ter conhecimento das disposições do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, e, conseqüentemente, declarando não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que a impeça de exercer atividades mercantis, bem como para os devidos fins declarando, ainda, sob as penas da lei, não se encontrar impedida de exercer a administração da Companhia por força de lei especial, não estar condenada ou se encontrar sob efeito de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Nos termos do parágrafo 2º do Artigo 149 da Lei nº 6.404/76.

Barueri, 28 de outubro de 2022.


Mardely Esperanza Vega Ruiz

Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A.

CNPJ/ME nº 69.034.668/0001-56 - NIRE 35.300.368.169

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28/10/2022

1. Data, Hora e Local: Em 28/10/2022, às 10:30 horas, na sede social da Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A. ("Companhia"), no município de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araçuaia, nº 1.142, Bloco 01, 3º andar, sala B, do Condomínio Empresarial Araçuaia, Alphaville, CEP 06455-000. **2. Quorum:** Acionistas representando 100% do capital da Companhia, a saber: **a) Sodexo Pass International**, sociedade simples por ações constituída de acordo com as leis da França, com sede na França, no endereço 255 Quai de la Batterie de St-Jean 92800 St-Jean de la Porte, França, e em seguida, com qualquer número e endereço de e-mail, e **b) Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A.**, sociedade empresária limitada, com sede social na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araçuaia, nº 1.142, Bloco 1, 3º andar, sala B, do Condomínio Empresarial Araçuaia, Alphaville, CEP 06455-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 05.678.801/0001-24, neste ato devidamente representada por sua procuradora, a Sra. **Bernarda Briceño Ramirez**, venezuelana, casada, administradora, portadora da Cédula de Identidade RNM nº G378228-Z e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 239.575.508-74, domiciliada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araçuaia nº 1.142, Bloco 1, 3º andar, do Condomínio Empresarial Araçuaia, Alphaville, CEP: 06455-000 e **c) Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede social na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araçuaia, nº 1.142, Bloco 1, 3º andar, sala B, do Condomínio Empresarial Araçuaia, Alphaville, CEP 06455-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.744.400.001-43, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.223.134.235, neste ato, representada na forma do seu contrato social pelo Sr. **Thierry Noel Michel Guilhaud**, francês, casado, administrador, portador do RNM nº F334688G, inscrito no CPF/ME sob o nº 073.756.121-10, domiciliado na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araçuaia nº 1.142, Bloco 1, 3º andar, do Condomínio Empresarial Araçuaia, Alphaville, CEP: 06455-000. **3. Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação, conforme disposto no artigo 18, § 1º do Estatuto Social da Companhia e no artigo 124, § 4º, da Lei 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **4. Mesa:** Presidente: **Bernarda Briceño Ramirez**; Secretário: **Thierry Noel Michel Guilhaud**. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) aprovar a lavratura da ata na forma sumária, como faculta o artigo 130º § 1º, da Lei das Sociedades por Ações (II) a nomeação da Sra. **Mardely Esperanza Vega Ruiz**, brasileira naturalizada, casada, engenheira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 64.977.168-0 (SSP/SP), inscrita no CPF/ME sob o nº 233.394.878-71, residente e domiciliada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araçuaia, nº 1.142, Bloco 01, 3º andar, Bairro Alphaville Industrial, CEP 06455-000, como membro do Conselho de Administração; (III) ratificar a composição do Conselho de Administração; (IV) formalizar a cessão e transferência de 1 ação ordinária, nominativa e sem valor nominal do Sr. **Marcos Eduardo Binder** para a acionista **Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda.**; (v) alteração do valor para aquisições realizadas diretamente pelo Diretor Presidente referente a aquisições de ativos imobilizados, tangíveis ou intangíveis; (v) alteração do valor para aquisições realizadas diretamente pelo Diretor Presidente referente a aquisições de ativos imobilizados, tangíveis ou intangíveis; (vi) alteração do valor para aquisições realizadas diretamente pelo Diretor Presidente referente a aquisições de ativos imobilizados, tangíveis ou intangíveis; (vii) Consolidação do Estatuto Social da Companhia. **6. Deliberações:** Todas tomadas por unanimidade de votos: (I) Aprovar a lavratura da presente ata na forma sumária, como faculta o artigo 130º, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações; (II) Aprovar a nomeação da Sra. **Mardely Esperanza Vega Ruiz**, acima qualificada, ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, conforme termo de posse Anexo I; (III) Ratificar a composição do Conselho de Administração da Companhia formado por até 4 conselheiros, conforme abaixo: a) Sr. **Juan Camilo Chaves Zuluaga**, colombiano, casado, engenheiro industrial, portador do passaporte colombiano nº 131.985.346, nascido em 19-10-9, ap. 301, NN - Santa Fé de Bogotá, Cundinamarca, Colômbia, CEP 60.233 como Presidente do Conselho de Administração; b) Sr. **Aurélien Marie Pascal Dominique Sonet**, francês, casado, administrador, portador do passaporte nº 156V16733, residente e domiciliado na 17 Avenue Emile Deschanel 75007, Paris, França; c) Sr. **Thierry Noel Michel Guilhaud**, francês, casado, administrador, portador do RNM nº F334688G, inscrito no CPF/ME sob o nº 073.756.121-10, com endereço comercial na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araçuaia, nº 1.142, Bloco 01, 3º andar, Bairro Alphaville Industrial, CEP 06455-000, e d) Sra. **Mardely Esperanza Vega Ruiz**, acima qualificada, inscrita no CPF/ME sob o nº 233.394.878-71, residente e domiciliada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araçuaia, nº 1.142, Bloco 01, 3º andar, Bairro Alphaville Industrial, CEP 06455-000. (iv) Formalizar a cessão e transferência de 1 ação ordinária, nominativa e sem valor nominal do Sr. **Marcos Eduardo Binder** para a acionista **Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda.** Diante da cessão e transferência realizada no livro de transferência de ações nominativas, bem como a atualização das participações acionárias no livro de registro de ações nominativas da Companhia, o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, passa a vigorar com a seguinte nova redação: **"Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 760.741.471,00 em moeda corrente do país, dividido em 764.880.354 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas entre os acionistas: Acionista: Sodexo Pass International; Nº de Ações: 467.206.393; Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda.; 297.673.961. Total: 764.880.354. Único - A Companhia reconhece um só proprietário para cada ação ordinária, e a cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral."** (v) Aprovar a alteração do valor para aquisições realizadas diretamente pelo Diretor Presidente referente a aquisições de ativos imobilizados, tangíveis ou intangíveis para até € 200.000. Desta forma, o Artigo 12º passa a vigorar com a seguinte nova redação: **"Artigo 12º - Ao Diretor Presidente compete:** I. (j) II. Representar a Companhia perante terceiros em geral, nas atividades ordinárias de gestão dos negócios sociais, assinando todos os documentos, contratos e papéis necessários à realização do objeto social, atuando nos limites deste Estatuto Social. Em relação à prática dos seguintes atos, o Diretor Presidente deve obter previamente a autorização do Conselho de Administração, conforme determinado no artigo 15º: a) (j) b) aquisições, por qualquer forma, de ativos imobilizados, tangíveis ou intangíveis, cujo valor ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 200.000, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento." (vi) Aprovar o valor para aquisições que devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração referente a aquisições de ativos imobilizados, tangíveis ou intangíveis para valor superior a € 200.000. Desta forma, o Artigo 15º passa a vigorar com a seguinte nova redação: **"Artigo 15º - Compete ao Conselho de Administração: VI. Manifestar-se, previamente, sobre os seguintes atos de competência da Diretoria: a) (j) b) aquisições, por qualquer forma, de ativos imobilizados, tangíveis ou intangíveis, cujo valor ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 200.000, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento." (vii) Aprovar o valor para aquisições que devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração referente a aquisições de ativos imobilizados, tangíveis ou intangíveis para valor superior a € 200.000. Desta forma, o Artigo 15º passa a vigorar com a seguinte nova redação: **"Artigo 15º - Compete ao Conselho de Administração: VI. Manifestar-se, previamente, sobre os seguintes atos de competência da Diretoria: a) (j) b) aquisições, por qualquer forma, de ativos imobilizados, tangíveis ou intangíveis, cujo valor ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 200.000, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento." (viii) Consolidação do Estatuto Social da Companhia, cuja versão será a constante no Anexo II à presente ata. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. **Assinaturas:** Sra. **Bernarda Briceño Ramirez** (Presidente); Sr. **Thierry Noel Michel Guilhaud** (Secretário); Acionistas: Sodexo Pass International (p.p. **Bernarda Briceño Ramirez**) e Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda. (r.p. **Thierry Noel Michel Guilhaud**). A presente é cópia fiel da original lavrada em livro próprio, Barueri, 28/10/2022. **Bernarda Briceño Ramirez**, Presidente; **Thierry Noel Michel Guilhaud**, Secretário. **Acionistas: Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda.**, por: **Thierry Noel Michel Guilhaud**, Cargo: Diretor Presidente. JUCESP nº 683.728/22-2 em 05/12/22. Gisela Simiemi Ceschin - Secretária Geral. **Estatuto Social Consolidado. Denominação, Prazo e Sede: Artigo 1º -** A Companhia opera sob a denominação social de **Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A.**, e rege-se pela lei presente no Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, notadamente a Lei nº 6.404, de 15/12/1976, e o Código de Regulação, com suas alterações, de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araçuaia, nº 1.142, Bloco 1, 3º andar, sala B, do Condomínio Empresarial Araçuaia, Alphaville, CEP: 06455-000, podendo, mediante deliberação em Assembleia Geral de acionistas representando mais da metade do capital social, abrir filiais, escritórios e representações no País ou no exterior. **Artigo 3º -** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Objeto Social. Artigo 4º -** A Companhia tem por objeto: a) a instituição de arranjos de pagamento próprios, sendo responsável por desenvolver as regras e as condições que disciplinam a prestação de serviços de pagamento ao público; b) a prestação de atividades, no âmbito do seu próprio arranjo de pagamento, com o intuito de proporcionar aos seus clientes e não se limitam, a prestação dos seguintes serviços de pagamento: (i) execução ou facilitação de instrução de pagamento relacionada ou não às transações de pagamento para compra de bens, produtos e/ou serviços destinados (1) a refeições ou gêneros alimentícios em estabelecimentos fornecedores de bens e serviços, como restaurantes, lanchonetes, supermercados, armazém, açouque, padaria e similares, por funcionários e/ou terceiros indicados pelas empresas clientes; (2) a aquisição de serviços e/ou produtos culturais e artísticos na forma de estabelecimentos comerciais específicos, por funcionários e/ou terceiros indicados pelas empresas clientes e (3) a bens e/ou serviços em estabelecimentos fornecedores de bens e/ou prestadores de serviços, por funcionários e/ou terceiros indicados pelas empresas clientes; (ii) gerenciamento de contas de pagamento detidas por pessoas físicas ou jurídicas; (iii) gestão do uso de moeda eletrônica; (iv) emissão de instrumentos de pagamento; (v) credenciamento e a aceitação de instrumentos de pagamento e do uso de moeda eletrônica; (vi) conversão de moeda física ou escritural em moeda eletrônica, ou vice-versa; (vii) execução de remessa e transferência de recursos para estabelecimentos credenciados; e (viii) captura e liquidação financeira das transações de pagamento capturadas pelos sistemas da Companhia ou de terceiros; c) a prestação de serviços de administração de sistemas e/ou de controle de acesso, com qualquer natureza, implementados por infraestrutura tecnológica intrínseca à utilização de instrumentos de pagamento; d) prestação de serviços relacionados a soluções e meios de pagamentos em geral; e) desempenho de atividades pertinentes, intermediárias e correlatas às mencionadas nos itens precedentes; f) a prestação de serviços de campanha de incentivo; g) a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, no país ou no exterior, cujo objeto social seja relacionado, necessário ou conveniente à consecução do objeto social da Sociedade, e a administração de seus próprios bens e direitos; h) a prestação de serviços de terceiros, sob a forma de joint venture, aquisição de ativos ou quotas ou ações de outra sociedade, bem como a aprovação para a tomada e concessão de empréstimos, alienação, por qualquer forma, de qualquer ativo tangível ou intangível, cujo valor contábil individual ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 50.001, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, e, ainda, a aprovação para a concessão, pela Companhia ou por qualquer um de seus sócios, de avais, fianças ou qualquer outras garantias em relação a recomprações de terrenos, de qualquer acionista ou para qualquer outro seja o qual for, pelo qual uma acionista venha votar correspondentes a mais da metade do capital social, nos casos de aprovação das contas da administração, designação e/ou destituição de conselheiros, o modo de suas respectivas remunerações, podendo inclusive****

estabelecer que conselheiros não perceberão qualquer remuneração, e aprovação do pedido de recuperação judicial ou de falência da Companhia, nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas. **Artigo 8º -** Os acionistas reunir-se-ão por convocação de qualquer um deles ou de quaisquer diretores ou conselheiros da Companhia, por meio de fax, e-mail, carta ou telegrama, ou qualquer outro meio escrito, com 8 dias de antecedência, instalando-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo três ações, e em segunda, com qualquer número de ações. **Artigo 9º -** É dispensada a convocação quando a Assembleia Geral participarem todos os acionistas. **Administração. Artigo 9º -** A administração da Companhia será exercida por dois órgãos distintos, a Diretoria, nomeada pelo Conselho de Administração, e o Conselho de Administração, cujos membros serão nomeados pelos acionistas, sendo que tais membros dos órgãos de administração da Companhia terão as atribuições e as competências definidas neste Estatuto Social e na legislação aplicável, em especial a Lei nº 6.404/76. **§1º -** Compete a qualquer dos Diretores e a qualquer membro do Conselho de Administração, convocar, quando necessário, Assembleia Geral. **§2º -** A designação, nomeação, destituição e/ou substituição dos membros da Diretoria dependerá de votos da maioria dos membros do Conselho de Administração e, quanto aos membros do Conselho de Administração, os atos acima mencionados dependerão da aprovação da unanimidade dos acionistas. **§3º -** Os administradores, em qualquer caso, atuarão nos limites da lei e do Estatuto Social. **§4º -** Qualquer mudança ou revogação dos poderes dos administradores implicará na revogação automática de todos os mandatos existentes, que sejam atingidos pelas modificações. **Artigo 10º -** São expressamente vedados, sendo, nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer dos acionistas, diretores, membros ou do Conselho de Administração, que tenham empregados que a envolverem em negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, bem como qualquer ato que contrarie o disposto neste Estatuto Social. **Da Diretoria. Artigo 11º -** A Diretoria será composta por 2 membros, pessoas físicas residentes e domiciliadas no País, com títulos específicos de Diretor Presidente e Diretor Financeiro, ambos eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia. **Único -** Os mandatos dos Diretores serão estabelecidos no momento de suas respectivas designações, sendo admitida a recondução. **Artigo 12º -** Ao Diretor Presidente compete: I. Representar a Companhia em Juízo ou fora dele, ativa e passivamente, inclusive perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais, bem como perante cortes judiciais, expedindo as autoridades do Mercado de Capitais; II. Representar a Companhia perante terceiros em geral, nas atividades ordinárias de gestão dos negócios sociais, assinando todos os documentos, contratos e papéis necessários à realização do objeto social, atuando nos limites deste Estatuto Social. Em relação à prática dos seguintes atos, o Diretor Presidente deve obter previamente a autorização do Conselho de Administração, conforme determinado no artigo 15º: a) transações comerciais cujo valor envolvido ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 75.000.000, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; b) aquisições, por qualquer forma, de ativos imobilizados, tangíveis ou intangíveis, cujo valor ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 200.000, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento; c) aluguéis, empréstimos e negociações de todos os tipos de direitos reais ou pessoais, quando o limite máximo do valor equivalente em moeda nacional a € 333.000, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento; d) quaisquer tipos de ordens pagamentos e/ou transações bancárias, cujo valor, por transação, ultrapassar o equivalente em moeda nacional a € 10.000.000 para terceiros e/ou até a quantia de € 25.000.000 entre contas de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; e) contratação, emissão de empregados, colaboradores, prestadores de serviço envolvendo a contratação de mão de obra especializada, assinatura de acordos, transações neste âmbito, cujo valor ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 100.000 por ano, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como aprovar a remuneração dos principais executivos da Companhia e/ou das sociedades por ela controladas, caso tal remuneração, computando-se salário, benefícios e outros direitos a qualquer título de assalariamento, seja em nome da Companhia ou em nome de qualquer uma das sociedades por ela controladas, os documentos ou contratos bancários necessários ao desempenho desta função, inclusive contratos de câmbio, financiamento, avais e fianças, emfido e endossando cheques, ordens de pagamento, acesites, notas promissórias, reconhecimento de dívidas e outros títulos de crédito ou documentos de dívidas. Em relação à prática dos seguintes atos, o Diretor Presidente deve obter previamente a autorização do Conselho de Administração, conforme determinado no artigo 15º: a) quaisquer tipos de ordens pagamentos e/ou transações bancárias, cujo valor, por transação, ultrapassar o equivalente em moeda nacional a € 10.000.000 para terceiros e/ou até a quantia de € 25.000.000 entre contas de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; IV. Fixar as orientações e diretrizes gerais da Companhia, que deverão ser submetidas à aprovação do Conselho de Administração, na forma do artigo 15º, inciso I; V. Alienar, por qualquer forma, qualquer ativo tangível ou intangível. Em relação à alienação de qualquer ativo tangível ou intangível, cujo valor contábil individual ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 50.000, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento; o Diretor Presidente deve obter previamente a autorização do Conselho de Administração, conforme determinado no artigo 15º: a) quaisquer tipos de ordens pagamentos e/ou transações bancárias, cujo valor, por transação, ultrapassar o equivalente em moeda nacional a € 10.000.000 para terceiros e/ou até a quantia de € 25.000.000 entre contas de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; V. Alienar, por qualquer forma, qualquer ativo tangível ou intangível. Em relação à alienação de qualquer ativo tangível ou intangível, cujo valor contábil individual ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 50.000, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento; o Diretor Presidente deve obter previamente a autorização do Conselho de Administração, conforme determinado no artigo 15º: a) quaisquer tipos de ordens pagamentos e/ou transações bancárias, cujo valor, por transação, ultrapassar o equivalente em moeda nacional a € 10.000.000 para terceiros e/ou até a quantia de € 25.000.000 entre contas de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; V. Alienar, por qualquer forma, qualquer ativo tangível ou intangível. Em relação à alienação de qualquer ativo tangível ou intangível, cujo valor contábil individual ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 50.000, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento; o Diretor Presidente deve obter previamente a autorização do Conselho de Administração, conforme determinado no artigo 15º: a) quaisquer tipos de ordens pagamentos e/ou transações bancárias, cujo valor, por transação, ultrapassar o equivalente em moeda nacional a € 10.000.000 para terceiros e/ou até a quantia de € 25.000.000 entre contas de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; V. Alienar, por qualquer forma, qualquer ativo tangível ou intangível. Em relação à alienação de qualquer ativo tangível ou intangível, cujo valor contábil individual ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 50.000, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento; o Diretor Presidente deve obter previamente a autorização do Conselho de Administração, conforme determinado no artigo 15º: a) quaisquer tipos de ordens pagamentos e/ou transações bancárias, cujo valor, por transação, ultrapassar o equivalente em moeda nacional a € 10.000.000 para terceiros e/ou até a quantia de € 25.000.000 entre contas de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; V. Alienar, por qualquer forma, qualquer ativo tangível ou intangível. Em relação à alienação de qualquer ativo tangível ou intangível, cujo valor contábil individual ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 50.000, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento; o Diretor Presidente deve obter previamente a autorização do Conselho de Administração, conforme determinado no artigo 15º: a) quaisquer tipos de ordens pagamentos e/ou transações bancárias, cujo valor, por transação, ultrapassar o equivalente em moeda nacional a € 10.000.000 para terceiros e/ou até a quantia de € 25.000.000 entre contas de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; V. Alienar, por qualquer forma, qualquer ativo tangível ou intangível. Em relação à alienação de qualquer ativo tangível ou intangível, cujo valor contábil individual ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 50.000, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento; o Diretor Presidente deve obter previamente a autorização do Conselho de Administração, conforme determinado no artigo 15º: a) quaisquer tipos de ordens pagamentos e/ou transações bancárias, cujo valor, por transação, ultrapassar o equivalente em moeda nacional a € 10.000.000 para terceiros e/ou até a quantia de € 25.000.000 entre contas de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; V. Alienar, por qualquer forma, qualquer ativo tangível ou intangível. Em relação à alienação de qualquer ativo tangível ou intangível, cujo valor contábil individual ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 50.000, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento; o Diretor Presidente deve obter previamente a autorização do Conselho de Administração, conforme determinado no artigo 15º: a) quaisquer tipos de ordens pagamentos e/ou transações bancárias, cujo valor, por transação, ultrapassar o equivalente em moeda nacional a € 10.000.000 para terceiros e/ou até a quantia de € 25.000.000 entre contas de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; V. Alienar, por qualquer forma, qualquer ativo tangível ou intangível. Em relação à alienação de qualquer ativo tangível ou intangível, cujo valor contábil individual ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 50.000, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento; o Diretor Presidente deve obter previamente a autorização do Conselho de Administração, conforme determinado no artigo 15º: a) quaisquer tipos de ordens pagamentos e/ou transações bancárias, cujo valor, por transação, ultrapassar o equivalente em moeda nacional a € 10.000.000 para terceiros e/ou até a quantia de € 25.000.000 entre contas de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; V. Alienar, por qualquer forma, qualquer ativo tangível ou intangível. Em relação à alienação de qualquer ativo tangível ou intangível, cujo valor contábil individual ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 50.000, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento; o Diretor Presidente deve obter previamente a autorização do Conselho de Administração, conforme determinado no artigo 15º: a) quaisquer tipos de ordens pagamentos e/ou transações bancárias, cujo valor, por transação, ultrapassar o equivalente em moeda nacional a € 10.000.000 para terceiros e/ou até a quantia de € 25.000.000 entre contas de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; V. Alienar, por qualquer forma, qualquer ativo tangível ou intangível. Em relação à alienação de qualquer ativo tangível ou intangível, cujo valor contábil individual ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 50.000, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento; o Diretor Presidente deve obter previamente a autorização do Conselho de Administração, conforme determinado no artigo 15º: a) quaisquer tipos de ordens pagamentos e/ou transações bancárias, cujo valor, por transação, ultrapassar o equivalente em moeda nacional a € 10.000.000 para terceiros e/ou até a quantia de € 25.000.000 entre contas de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; V. Alienar, por qualquer forma, qualquer ativo tangível ou intangível. Em relação à alienação de qualquer ativo tangível ou intangível, cujo valor contábil individual ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 50.000, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento; o Diretor Presidente deve obter previamente a autorização do Conselho de Administração, conforme determinado no artigo 15º: a) quaisquer tipos de ordens pagamentos e/ou transações bancárias, cujo valor, por transação, ultrapassar o equivalente em moeda nacional a € 10.000.000 para terceiros e/ou até a quantia de € 25.000.000 entre contas de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; V. Alienar, por qualquer forma, qualquer ativo tangível ou intangível. Em relação à alienação de qualquer ativo tangível ou intangível, cujo valor contábil individual ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 50.000, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento; o Diretor Presidente deve obter previamente a autorização do Conselho de Administração, conforme determinado no artigo 15º: a) quaisquer tipos de ordens pagamentos e/ou transações bancárias, cujo valor, por transação, ultrapassar o equivalente em moeda nacional a € 10.000.000 para terceiros e/ou até a quantia de € 25.000.000 entre contas de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; V. Alienar, por qualquer forma, qualquer ativo tangível ou intangível. Em relação à alienação de qualquer ativo tangível ou intangível, cujo valor contábil individual ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 50.000, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento; o Diretor Presidente deve obter previamente a autorização do Conselho de Administração, conforme determinado no artigo 15º: a) quaisquer tipos de ordens pagamentos e/ou transações bancárias, cujo valor, por transação, ultrapassar o equivalente em moeda nacional a € 10.000.000 para terceiros e/ou até a quantia de € 25.000.000 entre contas de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; V. Alienar, por qualquer forma, qualquer ativo tangível ou intangível. Em relação à alienação de qualquer ativo tangível ou intangível, cujo valor contábil individual ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 50.000, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento; o Diretor Presidente deve obter previamente a autorização do Conselho de Administração, conforme determinado no artigo 15º: a) quaisquer tipos de ordens pagamentos e/ou transações bancárias, cujo valor, por transação, ultrapassar o equivalente em moeda nacional a € 10.000.000 para terceiros e/ou até a quantia de € 25.000.000 entre contas de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; V. Alienar, por qualquer forma, qualquer ativo tangível ou intangível. Em relação à alienação de qualquer ativo tangível ou intangível, cujo valor contábil individual ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 50.000, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento; o Diretor Presidente deve obter previamente a autorização do Conselho de Administração, conforme determinado no artigo 15º: a) quaisquer tipos de ordens pagamentos e/ou transações bancárias, cujo valor, por transação, ultrapassar o equivalente em moeda nacional a € 10.000.000 para terceiros e/ou até a quantia de € 25.000.000 entre contas de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; V. Alienar, por qualquer forma, qualquer ativo tangível ou intangível. Em relação à alienação de qualquer ativo tangível ou intangível, cujo valor contábil individual ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 50.000, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento; o Diretor Presidente deve obter previamente a autorização do Conselho de Administração, conforme determinado no artigo 15º: a) quaisquer tipos de ordens pagamentos e/ou transações bancárias, cujo valor, por transação, ultrapassar o equivalente em moeda nacional a € 10.000.000 para terceiros e/ou até a quantia de € 25.000.000 entre contas de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; V. Alienar, por qualquer forma, qualquer ativo tangível ou intangível. Em relação à alienação de qualquer ativo tangível ou intangível, cujo valor contábil individual ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 50.000, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento; o Diretor Presidente deve obter previamente a autorização do Conselho de Administração, conforme determinado no artigo 15º: a) quaisquer tipos de ordens pagamentos e/ou transações bancárias, cujo valor, por transação, ultrapassar o equivalente em moeda nacional a € 10.000.000 para terceiros e/ou até a quantia de € 25.000.000 entre contas de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; V. Alienar, por qualquer forma, qualquer ativo tangível ou intangível. Em relação à alienação de qualquer ativo tangível ou intangível, cujo valor contábil individual ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 50.000, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento; o Diretor Presidente deve obter previamente a autorização do Conselho de Administração, conforme determinado no artigo 15º: a) quaisquer tipos de ordens pagamentos e/ou transações bancárias, cujo valor, por transação, ultrapassar o equivalente em moeda nacional a € 10.000.000 para terceiros e/ou até a quantia de € 25.000.000 entre contas de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; V. Alienar, por qualquer forma, qualquer ativo tangível ou intangível. Em relação à alienação de qualquer ativo tangível ou intangível, cujo valor contábil individual ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 50.000, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento; o Diretor Presidente deve obter previamente a autorização do Conselho de Administração, conforme determinado no artigo 15º: a) quaisquer tipos de ordens pagamentos e/ou transações bancárias, cujo valor, por transação, ultrapassar o equivalente em moeda nacional a € 10.000.000 para terceiros e/ou até a quantia de € 25.000.000 entre contas de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; V. Alienar, por qualquer forma, qualquer ativo tangível ou intangível. Em relação à alienação de qualquer ativo tangível ou intangível, cujo valor contábil individual ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 50.000, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento; o Diretor Presidente deve obter previamente a autorização do Conselho de Administração, conforme determinado no artigo 15º: a) quaisquer tipos de ordens pagamentos e/ou transações bancárias, cujo valor, por transação, ultrapassar o equivalente em moeda nacional a € 10.000.000 para terceiros e/ou até a quantia de € 25.000.000 entre contas de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; V. Alienar, por qualquer forma, qualquer ativo tangível ou intangível. Em relação à alienação de qualquer ativo tangível ou intangível, cujo valor contábil individual ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 50.000, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento; o Diretor Presidente deve obter previamente a autorização do Conselho de Administração, conforme determinado no artigo 15º: a) quaisquer tipos de ordens pagamentos e/ou transações bancárias, cujo valor, por transação, ultrapassar o equivalente em moeda nacional a € 10.000.000 para terceiros e/ou até a quantia de € 25.000.000 entre contas de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; V. Alienar, por qualquer forma, qualquer ativo tangível ou intangível. Em relação à alienação de qualquer ativo tangível ou intangível, cujo valor contábil individual ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 50.000, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento; o Diretor Presidente deve obter previamente a autorização do Conselho de Administração, conforme determinado no artigo 15º: a) quaisquer tipos de ordens pagamentos e/ou transações bancárias, cujo valor, por transação, ultrapassar o equivalente em moeda nacional a € 10.000.000 para terceiros e/ou até a quantia de € 25.000.000 entre contas de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; V. Alienar, por qualquer forma, qualquer ativo tangível ou intangível. Em relação à alienação de qualquer ativo tangível ou intangível, cujo valor contábil individual ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 50.000, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento; o Diretor Presidente deve obter previamente a autorização do Conselho de Administração, conforme determinado no artigo 15º: a) quaisquer tipos de ordens pagamentos e/ou transações bancárias, cujo valor, por transação, ultrapassar o equivalente em moeda nacional a € 10.000.000 para terceiros e/ou até a quantia de € 25.000.000 entre contas de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; V. Alienar, por qualquer forma, qualquer ativo tangível ou intangível. Em relação à alienação de qualquer ativo tangível ou intangível, cujo valor contábil individual ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 50.000, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento; o Diretor Presidente deve obter previamente a autorização do Conselho de Administração, conforme determinado no artigo 15º: a) quaisquer tipos de ordens pagamentos e/ou transações bancárias, cujo valor, por transação, ultrapassar o equivalente em moeda nacional a € 10.000.000 para terceiros e/ou até a quantia de € 25.000.000 entre contas de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; V. Alienar, por qualquer forma, qualquer ativo tangível ou intangível. Em relação à alienação de qualquer ativo tangível ou intangível, cujo valor contábil individual ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 50.000, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento; o Diretor Presidente deve obter previamente a autorização do Conselho de Administração, conforme determinado no artigo 15º: a) quaisquer tipos de ordens pagamentos e/ou transações bancárias, cujo valor, por transação, ultrapassar o equivalente em moeda nacional a € 10.000.000 para terceiros e/ou até a quantia de € 25.000.000 entre contas de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; V. Alienar, por qualquer forma, qualquer ativo tangível ou intangível. Em relação à alienação de qualquer ativo tangível ou intangível, cujo valor contábil individual ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 50.000, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento; o Diretor Presidente deve obter previamente a autorização do Conselho de Administração, conforme determinado no artigo 15º: a) quaisquer tipos de ordens pagamentos e/ou transações bancárias, cujo valor, por transação, ultrapassar o equivalente em moeda nacional a € 10.000.000 para terceiros e/ou até a quantia de € 25.000.000 entre contas de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; V. Alienar, por qualquer forma, qualquer ativo tangível ou intangível. Em relação à alienação de qualquer ativo tangível ou intangível, cujo valor contábil individual ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 50.000, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento; o Diretor Presidente deve obter previamente a autorização do Conselho de Administração, conforme determinado no artigo 15º: a) quaisquer tipos de ordens pagamentos e/ou transações bancárias, cujo valor, por transação, ultrapassar o equivalente em moeda nacional a € 10.000.000 para terceiros e/ou até a quantia de € 25.000.000 entre contas de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; V. Alienar, por qualquer forma, qualquer ativo tangível ou intangível. Em relação à alienação de qualquer ativo tangível ou intangível, cujo valor contábil individual ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 50.000, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio

(continuação)

igualdade de condições e proporcionalmente à participação detida pelos acionistas no seu capital social. A preferência incidirá na cessão, transferência, usufruto e/ou qualquer forma de alienação ou oneração, direta ou indireta, das ações e/ou dos direitos a elas inerentes, até mesmo de subscção, salvo no caso de cessão e transferência de ações entre pessoas físicas ou jurídicas relacionadas, coligadas, controladas ou controladoras de qualquer dos acionistas, adiret, obrigatoriamente, aos termos e condições deste Estatuto Social. **Extinção de Acionista Pessoa Jurídica. Artigo 19º** - A Companhia não se dissolverá pela retirada, extinção, liquidação, falência ou recuperação judicial de qualquer acionista pessoa jurídica, continuando com o remanescente pelo prazo legal, período no qual deverá ser admitida nova acionista. **Artigo 20º** - Não se considerará extinção de acionista pessoa jurídica, a sua incorporação, fusão ou cisão. **Exercício Social, Lucros e sua Destinação. Artigo 21º** - O lucro líquido da Companhia, no ano civil, encerrado em 31 de dezembro de cada exercício, após o fim de cada exercício social e correspondente ao mesmo será levantado o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício e a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, de conformidade com as prescrições e facultades legais, contratuais e fiscais. **Artigo 22º** - Os lucros apurados no balanço a que se refere o Artigo 21, acima, terão o destino que for deliberado pelos acionistas representando a maioria do capital social observando-se as retenções legalmente previstas. Os dividendos mínimos obrigatórios serão de 1% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 e seus parágrafos, da Lei nº 6.404/76, compensando-se os dividendos intermediários que tenham sido declarados no curso do exercício. **§1º** - Os dividendos previstos neste

Artigo poderão deixar de ser distribuídos total ou parcialmente aos acionistas, desde que atendidas as disposições dos parágrafos 3º a 6º do artigo 202, da Lei nº 6.404/76. **§2º** - Após atendidas as disposições contidas neste artigo, as ações e/ou dos direitos a elas inerentes, até mesmo de subscção, salvo no caso de cessão e transferência de ações entre pessoas físicas ou jurídicas relacionadas, coligadas, controladas ou controladoras de qualquer dos acionistas, adiret, obrigatoriamente, aos termos e condições deste Estatuto Social. **Artigo 23º** - A Companhia poderá levantar balanços intercalares e intermediários, para fins de distribuição de lucros e pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos do artigo 204, da Lei nº 6.404/76 e sem prejuízo ao disposto no Artigo 22 deste Estatuto, desde que aprovado em Assembleia Geral por acionistas representando a maioria do capital social. **Dissolução da Companhia. Artigo 24º** - Ocorrêr a dissolução da Companhia nos casos legais ou quando assim for deliberado em Assembleia Geral pela acionista ou acionistas titulares de 3/4 do Capital Social. A decisão para a dissolução da Companhia será tomada em Assembleia Geral por acionistas representando o estabelecido na Lei nº 6.404, de 15/12/1976, aplicando-se, nos casos omissos exclusiva e supletivamente a Lei nº 10.406, de 10/01/2002 (Código Civil). **Alteração de Quorum por Lei Superveniente. Artigo 26º** - Os quóruns de deliberação de acionistas indicados neste Estatuto Social serão automaticamente reduzidos para os mínimos permitidos em lei, mas nunca inferiores a mais da metade do capital social, no caso de modificação legal que autorize a sua redução. **Foro. Artigo 27º** - Para dirimir todas e quaisquer dúvidas e/ou controvérsias oriundas deste Contrato Social, fica desde já eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CIATC Participa es S.A.

CNPJ/ME nº 10.697.897/0001-08 - NIRE 35.300.467.884
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03/05/2023.
1. Data, Hora e Local: 03/05/2023, às 10:00 horas, na sede da sociedade, na Avenida Pedroso de Moraes, nº 1619, Conjunto 301, Alto de Pinheiros, São Paulo-SP (\"Companhia\"). **2. Convoca e o Presen a:** Dispensada a convocação em razão da presença dos representantes da totalidade do capital social. **3. Mesa:** Sr. Fernando Grinberg, Presidente e Sr. Jo o Marcelo Adas Oliveira, Secretário. **4. Ordem do Dia:** deliberar e autorizar (i) a emissão de 15.000.000 de debêntures, conforme o \"Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures da Esp. cie Quir graf ria, N o Conversa veis em A es, em 1 S nie, da 2ª Emiss o da CIATC Participa es S.A.\" (\"Escritura de Emissão de Debênture\"), no valor total de R\$ 15.000.000,00 (\"Debêntures\") a ser celebrado entre a Companhia e a Logos Companhia Securitizadora S.A., com sede na Avenida Cândido de Abreu, 776, Conjuntos 401, 402 e 403, Centro Cívico, Curitiba-PR, CNPJ/ME nº 19.951.490/0001-65 (\"Securitizadora\"); (ii) a participação da Companhia, na qualidade de Debenturista, na emissão de debêntures com créditos do agronegócio da 38ª, 39ª e 47ª séries da 1ª emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Securitizadora (\"CRA\" e \"Operação de Securitização\", respectivamente), e (iii) a diretoria da Companhia praticar os atos necessários à realização da Operação de Securitização. **5. Delibera es tomadas por unanimidade:** **5.1. Emiss o de Debê ntur es:** Aprovaram a emissão de Debêntures com as seguintes características: (a) **Número da Emissão:** A Emissão de Emissão de Debênture consistirá em 2ª Emissão de Debêntures da Companhia; (b) **Quantidade:** Serão emitidas 15.000.000 de Debêntures; (c) **Número de Série:** A Emissão será realizada em 1 série; (d) **Valor Total da Emissão:** O valor total da emissão é de R\$ 15.000.000,00; (e) **Valor Nominal Unitário das Debêntures:** Cada Debênture terá o valor nominal unitário de R\$ 1,00 (\"Valor Nominal Unitário\"); (f) **Atualização:** As Debêntures serão atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (\"IPCA/IBGE\"), sendo que o produto da atualização monetária das Debêntures será incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, e os juros de capitalização devidos em decorrência das despesas incorridas para cobrança; (g) **Remuneração das Debêntur es:** As Debêntures serão remuneradas conforme previsto na Escritura de Emissão de Debênture, limitado a uma taxa máxima média de 8,5% a.a. + IPCA (\"Remuneração\"); (h) **Data de Emissão:** A ser definida na Escritura de Emissão de Debêntures; (i) **Datas de Amortização:** O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures será amortizado semestralmente, a partir do 12º mês contado a partir da Emissão inclusive, com parcelas das especificadas no Anexo IV da Escritura de Emissão de Debêntures; (j) **Forma de Pagamento:** Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores devidos pela Companhia, serão realizados pela Companhia, mediante crédito exclusivamente na conta 2603-4, agência 6349 do Banco Bradesco S.A.; (k) **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia, escriturais e nominativas, sem emissão de caules ou certificados; (m) **Espécie:** As Debêntures serão da espécie autônoma, não negociáveis e não transferíveis. Os recursos serão destinados pela Companhia, integral e exclusivamente, para aquisição de produtos agropecuários em natura junto a produtores rurais descritos no Anexo I da Escritura de Emissão de Debêntures (\"Produtos Rurais\"), seja diretamente ou por subsidiárias da Companhia, ocais em que a Companhia deverá (i) transferir os recursos obtidos em razão da integralização das Debêntures para as subsidiárias, por meio de aporte de capital, mútuo ou adiantamento; (ii) transferir os recursos agropecuários, de acordo com o cronograma de destinação de recursos estabelecido, de forma indicativa, no Anexo II da Escritura de Emissão de Debêntures; (o) **Vinculação à Emissão de CRA:** As Debêntures serão vinculadas aos CRA, sendo certo que os CRA serão objeto de emissão e oferta pública de distribuição, nos termos da Resolução do CVM nº 160, de 13/07/2022, conforme alterada; (p) **Vencimento Antecipado:** As Debêntures poderão ser declaradas antecipadamente e a Securitizadora exigirá o pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário atualizado ou o saldo devido, conforme o caso, acrescido da remuneração devida até a data do efetivo pagamento, na ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Escritura de Emissão de Debênture; (q) **Garantia:** Não serão constituídas garantias em favor da Debenturista no âmbito da Escritura de Emissão de Debêntures; (r) **Resgate Antecipado Facultativo:** As Debêntures poderão ser resgatadas, parcialmente ou totalmente, a qualquer tempo, desde que vedado o resgate parcial, desde que a Companhia cumpra devidamente o disposto na Cláusula 4.12 da Escritura de Emissão de Debênture; (s) **Forma de Subscrição e Integralização:** As Debêntures serão integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido da Remuneração mediante notificação prévia da Companhia, contada desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures (inclusive) até cada Data de Integralização (exclusive), com prazo máximo de 24 meses contado a partir da Primeira Data de Integralização. Não haverá penalidade para a Companhia caso não demande a integralização total dos valores subscritos pelos titulares dos CRA. **6. Opera o de Securitiza o:** Autorizam a participação da Companhia, na qualidade de devedora, na Operação de Securitização, envolvendo as Debêntures, no âmbito da emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (\"CRA\") da 38ª, 39ª e 47ª séries da 1ª emissão da Securitizadora, de 7.1. Ao continuar, autorizam os diretores da Companhia a tornarem todas as medidas necessárias para a efetivação da Operação de Securitização. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada esta ata. São Paulo, 03/05/2023. **Mesa:** Fernando Grinberg - Presidente; João Marcelo Adas Oliveira - Secret rio. **Acionistas:** Barbarese Participa es S.A., p. Fernando Grinberg e Ricardo Barone Garrido; GRKR Administra o e Participa es S.A., p. Cledson Aparecido dos Santos e José Roberto Costa Diniz; AQUA Participa es Ltda., p. André Michel Farber e Fernando M. Figueiredo; Tappo Participa es Ltda., p. Benny Norio e Renato Ades. JUCESP - Registro sob nº 262.419/23-3 em 03/07/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE AVH

CNPJ 17.781.651/0001-69

EXTENSO RÍPIDO

Extrato de autorização de credenciamento - Termo de Credenciamento n. 03/2023 - Inexistibilidade 02/2023 - Empresa credenciada: Marcenaria Anselmo Ltda - O termo de credenciamento e o ato que autoriza a contratação nos termos do disposto no parágrafo único do art. 72 da Lei 14.133/2021 encontra-se disponibilizado no site eletrônico oficial da entidade www.cisavh.com.br - Cravinhos, 21 de julho de 2023. José Durval A. Madureira, Presidente do CIS-AVH - em exercício.

SOLF CIL SECURITIZADORA DE CR DITOS FINANCIEROS S.A.

CNPJ/ME nº 32.247.733/0001-11 - NIRE 35.300.529.367

EDITAL DE CONVOCA O - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 2ª EMISS O DE DEB NTURES SIMPLES, N O CONVERS VEIS EM A ES, EM 3 S RIES PARA DISTRIBUI O P BLICA COM ESFOR OS RESTRITOS DE DISTRIBUI O DA ESP CIE COM GARANTIA REAL E 1 S RIE PARA COLOCA O PRIVADA DA ESP CIE SUBORDINADA DA SOLF CIL SECURITIZADORA DE CR DITOS FINANCIEROS S.A. (\"EMISS O\", \"DEBENTURISTAS\" E \"EMISSORA\", RESPECTIVAMENTE)

Ficam convocados os Debenturistas da Emissão, nos termos da Escritura de Emissão, celebrada em 06/01/2020, conforme aditada, a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas (\"Assembleia\"), em primeira convocação, a realizar-se no dia 10 de agosto de 2023, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma \"Google Meet\", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Debenturistas devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (\"CVM\") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (\"Resolução CVM 60\"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) A aprovação ou não de Vencimento Antecipado Não Automático em razão da constatação de Evento de Vencimento Antecipado Não Automático previsto na Cláusula 5.2.1, item (iv) da Escritura de Emissão; (ii) Caso não seja aprovada o Vencimento Antecipado Não Automático objeto do item (i) da ordem do dia, deliberar sobre a proposta apresentada pela Solifil Energia Solar e Serviços Financeiros Ltda., para a alteração da Escritura de Emissão para que a Cláusula 5.2.1, item (xiv) passe a vigor com a seguinte redação (\"xiv) caso os Cr ditos Financeiros com atraso superior a 90 (noventa) dias represente mais de 10% (dez por cento) da Receita Líquida Operacional, Para fins desta decisão, não será considerado por Carteira Inicial Originada o valor por sentença dos cr ditos financeiros nas respectivas datas de aquisi o pela Solf CIL Securitizadora (\"Carteira Inicial Originada\"); e (iii) A autorização ou não para a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, praticar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos necessários para a implementar as deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelas Debenturistas de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido no Escritura de Emissão, salvo se conceituado de forma diversa no presente Edital. A Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma <https://meet.google.com>, sendo que a participação será de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Debenturistas, previamente à realização da Assembleia, aqueles que enviarem solicitação por correio eletrônico para ri@grupotrevessia.com.br, agente@fiduciario.vortex.com.br e jma@vortex.com.br, imprimevelmente com at 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realiza o da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Debenturistas deverão acessar o link de acesso a reunião com no menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificar-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Debenturistas presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente; sem prejuízo, os Debenturistas presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para fins da Assembleia, consideram-se \"Documentos de Representação\": i) Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Debenturista; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação; ii) Se participante pessoa jurídica: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Debenturista (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. São Paulo, 21 de julho de 2023.

SOLF CIL SECURITIZADORA DE CR DITOS FINANCIEROS S.A.
 Nome: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa

Sociedade Paulista de Escritos Jurídicos - SOPEJUR S.C. Ltda.

CNPJ/ME nº 03.833.016/0001-73

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Convocamos os sócios da Sociedade Paulista de Escritos Jurídicos - SOPEJUR S.C. Ltda. a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária que se realizará, presencialmente, na Rua Oswaldo Goeldi, 736, Colinas da Anhanguera, Santana de Parnaíba/SP, CEP 06.537-160, no dia 38/2023, às 10h, em 1ª convocação, com quórum qualificado, ou, às 10h30 em 2ª convocação, com qualquer número de presentes, a fim de deliberar e votarem a seguinte ordem do dia: i) acatar a renúncia do administrador Paulo Henrique dos Santos Luccon; ii) eleger para o cargo de administrador Pedro da Silva Dinamarco; e iii) acatar a retirada de sócios. Contamos com a presença de todos os sócios, em observância à lei e ao contrato social, em especial ao artigo 1.072, §5º, do Código Civil. Sociedade Paulista de Escritos Jurídicos - SOPEJUR S.C. Ltda. Paulo Henrique dos Santos Luccon - Administrador. São Paulo, 25 de julho de 2023.

ASSEMBLEIA GERAL SOLENE

O SINTÉPOL - Sindicato dos Trabalhadores em Telemática Policial do Estado de São Paulo, CNPJ 45.156.908/0001-27, nos termos do inciso IV do artigo 20 do Estatuto Social, convoca seus sindicalizados quites, a comparecer à sede social da entidade, à Rua Brigadeiro Tobias, 577 - 3º andar, sala 301, no dia 01 de agosto de 2023, às 14:00 horas em 1ª convocação e às 14:30 horas em 2ª e última convocação, para se reunirem em Assembleia Geral Solene, com a seguinte Ordem do Dia: 1 - Cumprimento do artigo 46 da Constituição Social - Posse da Chapa Eleita para o Triênio 2023 a 2026, \"LUTAR, ACREDITAR E CONQUISTAR\".

São Paulo, 20 de julho de 2023

LUCIA HELENA SARNELLI FERREIRA DOS SANTOS - Presidente

Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A.

CNPJ/ME nº 69.034.668/0001-56 - NIRE 35.300.368.169

Ata da Assembleia Geral de Reratificação Realizada em 04/08/2020
Data, hora e local: 04/08/2020, às 10h00min, na sede da Companhia, localizada no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araquá, nº 1.142, Bloco 3, do Condomínio Empresarial Araquá, Alphaville, CEP: 06455-000. **Convocação e publicação:** Dispensada a publicação dos anúncios de convocação feita à presença de todos os acionistas, nos termos do § 4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76. **Mesa:** Presidente: Marcos Eduardo Binder, Secretário: Geraldo França Sobreira. **Presença e instalação:** Acionistas representando 100% do capital da Companhia, a saber: (a) Sodexo Pass International, sociedade simples por ações, com sede na França, no endereço: 255 Quai de la Bataille de Stalingrad 92866 - Issy - Lés - Moulinsaux Cedex 9, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.678.001/0001-24, neste ato devidamente representada por seu procurador Sr. Marcos Eduardo Binder, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.728.405, SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 143.814.758-95, domiciliado na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro nº 500, conjuntos 1410, 1412, 1415 e 1416 do 14º andar da Torre 2, do Edifício West Tower, CEP: 06454-000; (b) Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda., sociedade empresarial limitada, com sede social na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araquá, nº 1.142, Bloco 3, 3º andar, do Condomínio Empresarial Araquá, Alphaville, CEP: 06455-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.744.404/0001-43, com seus atos administrativos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.223.134.235, neste ato, representada na forma do seu contrato social pelo Sr. Geraldo França Sobreira, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 36.593.012-X, SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 705.598.997-34, domiciliado na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araquá, nº 1.142, Bloco 3, 5º andar, do Condomínio Empresarial Araquá, Alphaville, CEP: 06455-000; e (c) SR. Marcos Eduardo Binder, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.728.405, SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 143.814.758-95, domiciliado na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro nº 500, conjuntos 1410, 1412, 1415 e 1416 do 14º andar da Torre 2, do Edifício West Tower, CEP: 06454-000; estando, portanto, devidamente instalada a Assembleia. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a seguinte matéria de interesse da Companhia: ratificação e a ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada na data de 25/05/2020 e levada a registro perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob nº 212.316/20-5, em sessão de 18/06/2020 (\"AGE de 25/05/2020\"), de forma que fique expressamente registrado e com efeitos a todas as partes, principalmente a terceiros, que os membros da Diretoria e do Conselho de Administração da Companhia nomeados para seus respectivos cargos nos termos da AGE de 25/05/2020, tornaram posse de seus respectivos cargos no dia 25/05/2020 por meio das assinaturas dos respectivos termos de posse, os quais, por um lapso, foram anexados à ata da AGE de 25/05/2020 como sendo datados de 07/05/2020. Assim, o objeto da presente deliberação é a ratificação dos termos de posse dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração da Companhia, decorrentes da nomeação realizada na AGE de 25/05/2020 e a ela anexados, os quais datados de 25/05/2020, não de 07/05/2020, sendo ainda ratificadas as demais matérias objeto da AGE de 25/05/2020, a quais sejam (i) a reeleição dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração e Diretor Financeiro com a confirmação da redação do estatuto, (ii) a reeleição dos membros do Conselho de Administração com a confirmação da redação do estatuto e (iii) a publicação da ata da AGE de 25/05/2020 na forma de extrato, nos termos do § 3º do artigo 130 da Lei nº 6.404/1976. **Deliberações:** colocada a matéria em discussão e posterior votação, os acionistas aprovaram-na por unanimidade e sem quaisquer ressalvas reratificar a ata da AGE de 25/05/2020, com o que os termos de posse dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração da Companhia são ora anexados com a data correta das respectivas assinaturas (25/05/2020). **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, depois de reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e todos os presentes assinada. Certifica-se que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Assinaturas: Presidente Marcos Eduardo Binder, Secretário: Geraldo França Sobreira; Acionistas: Sodexo Pass International, Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda e Marcos Eduardo Binder. **Mesa:** Marcos Eduardo Binder, Presidente; Geraldo França Sobreira, Secretário. **Acionistas:** Sodexo Pass International, p.p. Marcos Eduardo Binder; Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda., r.p. Geraldo França Sobreira. **Marcos Eduardo Binder, Acionista:** JUCESP nº 355.688/20-7 em 02/09/2020. Gisela Simiema Ceshchin - Secretária Geral.

Casa Noble Negócios Imobiliários Ltda.

CNPJ: 32.919.733/0001-10 - NIRE: 35231444051

Edital de Convocação de Assembleia de Sócios

Ficam convocados os sócios da Casa Noble Negócios Imobiliários Ltda., sociedade limitada, com sede na Rua José Felix de Oliveira, n. 807, conj. 845, Granja Viana, Cotia/SP, CEP 06708-415 (\"Sociedade\"), a se reunirem em Assembleia de Sócios, a ser realizada em sua sede, em primeira convocação, em 1º de agosto de 2023, às 17 horas, a fim de deliberar sobre (i) a destituição de membros da administração e responsáveis técnicos da Sociedade perante o CRECISP; (ii) a eleição e/ou reeleição de membros da administração; (iii) a indicação de novo responsável técnico perante o CRECISP; e (iv) caso aprovadas as deliberações dos itens anteriores, a alteração da Cláusula 7 e seus parágrafos, e consolidação do Contrato Social da Sociedade para refletir os pontos deliberados. Cotia, 20 de julho de 2023.

Camila Batista Bezerra - Administradora.

MTC Soluções Logísticas Ltda.

CNPJ/MF 15.654.208/0005-25 - NIRE 35906298805

EDITAL DE TERMO DE RESPONSABILIDADE Nº 73/2023

A Junta Comercial do Estado de São Paulo torna público que o fiel depositário dos gêneros e mercadorias recebidos pela filial da sociedade empresária \"MTC Soluções Logísticas Ltda.\", NIRE 35906298805, CNPJ/MF 15.654.208/0005-25, localizada na Estrada Galvão Bueno, nº 3.300, galpões 18 a 21, Bairro Batistini, CEP 09842-080, São Bernardo do Campo/SP, Sr. Helio Pessoa Mendes Filho, RG nº 22.923.767, RG nº SSP/SP CPF/MF sob nº 162.476.888-14, assinou em 05/07/2023 o Termo de Responsabilidade nº 73/2023, com fulcro nos arts. 1º, § 2º, do Decreto Federal nº 1.102/1903 e do art. 3º, parágrafo único, da IN nº 52/2022, do Departamento de Registro Empresarial e Integração, devendo ser publicado e arquivado na JUCESP o presente edital, nos termos do art. 8º da supracitada Instrução Normativa. **Marcio Massas Shimomoto, Presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo,**

**Sodexo Pass do Brasil Serviços
e Comércio S.A.**

CNPJ/ME nº 69.034.668/0001-56 - NIRE 35.300.368.169

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28/10/2022

[illegible][illegible]

até no máximo, 01 ano. **§2º** - As procurações em nome da Companhia com fins judiciais podem ser conferidas por prazo indeterminado. **§3º** - O Diretor Financeiro tem competência concorrente com o Diretor Presidente para as seguintes atos: I. Preparar e emitir as indicações para a nomeação ou exoneração dos membros do Conselho de Administração e dos membros das comissões bancárias em nome da Companhia, observada a competência estabelecida no artigo 15º, VI, letra "d", privativa do Conselho de Administração; e II. Emitir e endossar cheques, ordens de pagamento, acetes, notas promissórias, reconhecimento de dívidas e outros documentos de natureza financeira. **§4º** - O Diretor Presidente tem competência exclusiva no artigo 15º, VI, letra "d", privativa do Conselho de Administração. **Conselho de Administração**

Artigo 14º - O Conselho de Administração será composto por 4 membros, indicados e destituíveis a qualquer tempo pelo voto de acionista ou acionistas que representem mais da metade do capital social, sendo obrigatoriamente dois brasileiros ou estrangeiros residentes ou não no País. **§2º** - O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 2 anos, admitida a reeleição, devendo os conselheiros permanecer nos respectivos cargos até a posse de seu sucessor. **§3º** - A acionista ou acionistas que representem mais da metade do capital social poderão solicitar a convocação do Conselho de Administração. **§4º** - O Conselho de Administração reunir-se-á por convocação de qualquer administrador, conselheiro ou diretor, através de fax, e-mail, carta ou telegrama, ou ainda, por qualquer outro meio de correspondência, física ou eletrônica. **§5º** - A convocação para o Conselho de Administração poderá ser feita por qualquer acionista ou acionistas residentes ou não no País. **§6º** - Compete ao Presidente do Conselho, além do seu próprio voto, o exercício de voto de desempate das decisões do Conselho de Administração, quando necessário. **§7º** - A reunião do Conselho de Administração será dispensada quando todos os membros estiverem presentes pessoalmente ou por meio de procuração, desde que o Diretor, tanto as deliberações quanto a decisão do órgão poderão ser realizadas através de fax, e-mail, carta ou telegrama, ou ainda, qualquer outro meio de correspondência, física ou eletrônica. **§9º** - Em qualquer hipótese, tanto as deliberações quanto as decisões do Conselho de Administração poderão ser tomadas por meio de resolução, decisão ou parecer emitidos em publicações e arquivados no registro público de empresas mercantis. **§10º** - Os membros do conselho serão nomeados através de assembleia pelo voto de acionista ou acionistas que representem mais da metade do capital social. **Artigo 15º** - Compete ao Conselho de Administração: I. Definir a estratégia geral da Companhia e aprovar o plano de negócios; II. Aprovar a orientação geral dos negócios da Companhia fixados pelo Diretor Presidente; III. Monitorar e acompanhar a gestão da Diretoria, solicitando informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, bem como de quaisquer outros documentos e atos; IV. Autorizar a contratação de serviços de terceiros, inclusive a contratação de serviços de consultoria, destituindo autoridades independentes, estabelecendo suas atribuições e remunerações; V. Manifestar-se, previamente, sobre os seguintes atos de competência da Diretoria: a) quaisquer transações comerciais cujo valor envolvido ultrapasse o equivalente em moeda nacional a 100.000,00 (cem mil reais) ou o equivalente em moeda estrangeira a 100.000,00 (cem mil dólares); b) o câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; b) aquisições, por qualquer forma, de ativos imobilizados, tangíveis ou intangíveis, cujo valor ultrapasse o equivalente em moeda nacional a 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento; c) aluguéis, empréstimos e negociações de todos os tipos de direitos reais ou pessoais, quando o limite máximo do valor equivalente em moeda nacional a 3.333.333,33 (três milhões, trezentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais); d) o câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, tiver sido ultrapassado no período anual, ou, no período de 03 anos, o valor exceder a R\$ 1.000.000,00; d) quaisquer tipos de ordens de pagamentos e/ou transações bancárias, cujo valor, por transação, ultrapasse o equivalente em moeda nacional a 100.000,00 (cem mil reais), exceto até a quantia de R\$ 25.000.000,00 entre contratos de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data da venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; e) o câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; e) o câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; e) o câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, tiver sido ultrapassado no período anual, ou, no período de 03 anos, o valor exceder a R\$ 1.000.000,00; f) quaisquer tipos de ordens de pagamentos e/ou transações bancárias, cujo valor, por transação, ultrapasse o equivalente em moeda nacional a 100.000,00 (cem mil reais), exceto até a quantia de R\$ 25.000.000,00 entre contratos de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data da venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como a quantia de R\$ 25.000.000,00 entre contratos de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data da venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como a quantia de R\$ 25.000.000,00 entre contratos de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data da venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como a quantia de R\$ 25.000.000,00 entre contratos de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data da venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como a quantia de R\$ 25.000.000,00 entre contratos de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data da venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como a quantia de R\$ 25.000.000,00 entre contratos de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data da venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como a quantia de R\$ 25.000.000,00 entre contratos de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data da venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como a quantia de R\$ 25.000.000,00 entre contratos de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data da venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como a quantia de R\$ 25.000.000,00 entre contratos de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data da venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como a quantia de R\$ 25.000.000,00 entre contratos de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data da venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como a quantia de R\$ 25.000.000,00 entre contratos de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data da venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como a quantia de R\$ 25.000.000,00 entre contratos de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data da venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como a quantia de R\$ 25.000.000,00 entre contratos de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data da venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como a quantia de R\$ 25.000.000,00 entre contratos de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data da venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como a quantia de R\$ 25.000.000,00 entre contratos de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data da venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como a quantia de R\$ 25.000.000,00 entre contratos de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data da venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como a quantia de R\$ 25.000.000,00 entre contratos de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data da venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como a quantia de R\$ 25.000.000,00 entre contratos de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data da venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como a quantia de R\$ 25.000.000,00 entre contratos de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data da venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como a quantia de R\$ 25.000.000,00 entre contratos de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data da venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como a quantia de R\$ 25.000.000,00 entre contratos de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data da venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como a quantia de R\$ 25.000.000,00 entre contratos de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data da venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como a quantia de R\$ 25.000.000,00 entre contratos de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data da venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como a quantia de R\$ 25.000.000,00 entre contratos de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data da venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como a quantia de R\$ 25.000.000,00 entre contratos de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data da venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como a quantia de R\$ 25.000.000,00 entre contratos de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data da venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como a quantia de R\$ 25.000.000,00 entre contratos de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data da venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como a quantia de R\$ 25.000.000,00 entre contratos de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data da venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como a quantia de R\$ 25.000.000,00 entre contratos de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data da venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como a quantia de R\$ 25.000.000,00 entre contratos de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data da venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como a quantia de R\$ 25.000.000,00 entre contratos de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data da venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como a quantia de R\$ 25.000.000,00 entre contratos de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data da venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como a quantia de R\$ 25.000.000,00 entre contratos de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data da venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como a quantia de R\$ 25.000.000,00 entre contratos de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válido para o dia imediatamente anterior à data da venda e

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001Confira a
lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/07/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por SAULO REAL DE OLIVEIRA, em terça-feira, 25 de julho de 2023 13:02:59 GMT-03:00, CNS: 11.880-2 - 1º TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A.

CNPJ/ME nº 69.034.668/0001.56 - NIRE 35.300.368.169
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de agosto de 2021
Data, hora e local: Aos 30 (trinta) dias do mês agosto do ano de 2021, às 10h00min, na sede da Companhia, localizada no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araгуаи, nº 1.142, Bloco 3, do Condomínio Empresarial Araгуаи, Alphaville, CEP: 06455-000. **Convocação:** Dispensada a convocação face à presença de todos os acionistas, nos termos do § 4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76. **Mesa:** Presidente: **Thierry Noel Michel Guillard**, Secretário: **Thierry Noel Michel Guillard**. **Presença:** Acionistas representando 100% (cem por cento) da capital da Companhia, a saber: (a) **Sodexo Pass International**, sociedade simples por ações constituída de acordo com as leis da França, com sede na França, no endereço 255 Quai de la Bataille de Stalingrad 92866 - Issy - Les - Moulineaux Cedex 9, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 05.678.801/0001.24, neste ato devidamente representada por seu procurador, o Sr. **Marcos Eduardo Binder**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.728.405-3 SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 143.814.758-95, domiciliado na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araгуаи, nº 1.142, Bloco 1, 3º andar, do Condomínio Empresarial Araгуаи, Alphaville, CEP: 06455-000; (b) **Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda.**, sociedade empresarial limitada, com sede social na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araгуаи, nº 1.142, Bloco 3, 3º andar, do Condomínio Empresarial Araгуаи, Alphaville, CEP: 06455-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.744.404/0001.43, com seus atos constituintes registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.223.134.235, neste ato, representada na forma do seu contrato social pelo Sr. **Thierry Noel Michel Guillard**, francês, casado, administrador, portador do RNM nº F3346886, inscrito no CPF/ME sob o nº 073.756.121-10, domiciliado na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araгуаи, nº 1.142, Bloco 1, 3º andar, do Condomínio Empresarial Araгуаи, Alphaville, CEP: 06455-000; e (c) **Marcos Eduardo Binder**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.728.405-3 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 143.814.758-95, domiciliado na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araгуаи, nº 1.142, Alphaville, Bloco 1, 3º andar, do Condomínio Empresarial Araгуаи, Alphaville, CEP: 06455-000. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias de interesse da Companhia: (i) Reeleger o Presidente do Conselho de Administração Sr. **Juan Camilo Chaves Zulagui** e o membro do Conselho de Administração Sr. **Aurélien Marie Pascal Dominique Sonet**; (ii) Destituir do cargo de membro do Conselho de Administração o Sr. **Nicolas Jean Pierre Baudouin Morel**; (iii) Eleger os Srs. **Marcos Eduardo Binder** e **Thierry Noel Michel Guillard** para o cargo de membros do Conselho de Administração; (iv) Publicação desta ata na forma de extrato, nos termos do §3º do artigo 130, da Lei nº 6.404/76. **Deliberações:** Colocadas as matérias em discussão e posterior votação, resultaram as mesmas aprovadas unanimemente por todos os presentes, sem quaisquer ressalvas, nos seguintes termos: (i) Reeleger o Presidente do Conselho de Administração Sr. **Juan Camilo Chaves Zulagui**, colombiano, casado, engenheiro industrial, portador do passaporte nº PE117171, residente e domiciliado na CL 138 BHS 86 - 19 T0 90, apt. 301, NN - Santa Fé de Bogotá, Cundinamarca, Colômbia, CEP 60.233 e o membro do Conselho de Administração Sr. **Aurélien Marie Pascal Dominique Sonet**, francês, casado, administrador, passaporte nº 15FV16733, residente e domiciliado em 17 Avenue Emile Deschanel 75007, Paris, França; (ii) Destituir do cargo de membro do Conselho de Administração Sr. **Nicolas Jean Pierre Baudouin Morel**, francês, casado, administrador, passaporte nº 20AC1131, residente em 13 allée Isadora Duncan 75015, Paris, França; (iii) Eleger os Srs. **Marcos Eduardo Binder**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.728.405-3 SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 143.814.758-95, domiciliado na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araгуаи, nº 1.142, Bloco 1, 3º andar, do Condomínio Empresarial Araгуаи, Alphaville, CEP: 06455-000 e **Thierry Noel Michel Guillard**, francês, casado, administrador, portador do RNM nº F3346886, inscrito no CPF/ME sob o nº 073.756.121-10, domiciliado na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araгуаи, nº 1.142, Bloco 1, 3º andar, do Condomínio Empresarial Araгуаи, Alphaville, CEP: 06455-000 como membros do Conselho de Administração. A Companhia passa a ter como membros do Conselho de Administração: Presidente do Conselho - Sr. **Juan Camilo Chaves Zulagui**, e demais membros: Srs. **Aurélien Marie Pascal Dominique Sonet**, **Marcos Eduardo Binder** e **Thierry Noel Michel Guillard**. Os testes de posse serão anexados ao presente Ata como parte integrante. (iv) Publicação da ata na forma de extrato, nos termos do §3º do artigo 130, da Lei nº 6.404/76. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavatura desta ata, a qual, depois de reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Assinaturas: Presidente: **Marcos Eduardo Binder**; Secretário: **Thierry Noel Michel Guillard**; Acionistas: **Sodexo Pass International** (p.p. **Marcos Eduardo Binder**), **Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda.** (p.p. **Thierry Noel Michel Guillard**) e **Marcos Eduardo Binder**; Mesa: **Marcos Eduardo Binder**, Presidente; **Thierry Noel Michel Guillard**, Secretário; **Acionistas:** **Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda.**, r.p. **Thierry Noel Michel Guillard** e **Sodexo Pass International**, **Marcos Eduardo Binder**, p.p. **Marcos Eduardo Binder**. JUCESP nº 475.782/21-5 em 01/10/21. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A.

CNPJ/ME nº 69.034.668/0001.56 - NIRE 35.300.368.169
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/03/2023
Data, hora e local: Aos 27 (vinte e sete) dias do mês março do ano de 2023, às 10h00min, na sede da Companhia, localizada no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araгуаи, nº 1.142, Bloco 1, 3º andar, sala B, do Condomínio Empresarial Araгуаи, Alphaville, CEP: 06455-000. **Convocação:** Dispensada a convocação face à presença de todos os acionistas, nos termos do § 4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76. **Mesa:** Presidente: **Thierry Noel Michel Guillard**, Secretário: **Bernarda Brício Ramirez**. **Presença:** Acionistas representando 100% (cem por cento) da capital da Companhia, a saber: (a) **Sodexo Pass International**, sociedade simples por ações constituída de acordo com as leis da França, com sede na França, no endereço 255 Quai de la Bataille de Stalingrad 92866 - Issy - Les - Moulineaux Cedex 9, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 05.678.801/0001.24, neste ato devidamente representada por seu procurador, a Sra. **Bernarda Brício Ramirez**, venezuelana, casada, administradora, portadora do RNM nº 6378228-2 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 239.575.508-74, domiciliada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araгуаи, nº 1.142, Bloco 1, 3º andar, do Condomínio Empresarial Araгуаи, Alphaville, CEP: 06455-000; (b) **Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda.**, sociedade empresarial limitada, com sede social na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araгуаи, nº 1.142, Bloco 1, 3º andar, do Condomínio Empresarial Araгуаи, Alphaville, CEP: 06455-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.744.404/0001.43, com seus atos constituintes registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.223.134.235, neste ato, representada na forma do seu contrato social pelo Sr. **Thierry Noel Michel Guillard**, francês, casado, administrador, portador do RNM nº F3346886, inscrito no CPF/ME sob o nº 073.756.121-10, domiciliado na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araгуаи, nº 1.142, Bloco 1, 3º andar, do Condomínio Empresarial Araгуаи, Alphaville, CEP: 06455-000. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a seguinte matéria de interesse da Companhia: (i) Aprovar a lavatura da ata na forma sumária, como faculta o artigo 130º, §1º, da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) A reeleição da Sra. **Bernarda Brício Ramirez** para continuar exercendo o cargo de Diretora Financeira. **Deliberações:** Colocadas a matéria em discussão e posterior votação, resultou a mesma aprovada unanimemente por todos os presentes, sem quaisquer ressalvas, nos seguintes termos: (i) Aprovar a lavatura da presente ata na forma sumária, como faculta o artigo 130º, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. (ii) Aprovar a Reeleição da Sra. **Bernarda Brício Ramirez**, venezuelana, casada, administradora, portadora do passaporte nº 239.575.508-74 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 239.575.508-74, pelo prazo de 3 anos, mediante a reeleição, nos termos do inciso II, do artigo 143, da Lei 6.404/76, devendo permanecer no cargo até a posse do seu sucessor, conforme termo de posse Anexo I. A Diretora Financeira declara, sob as penas da lei, que não está impedida, por lei especial de exercer a administração da companhia, e nem condenada ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a prioridade. Dessa forma, a Diretora Financeira, ora reeleita se mantém investida no cargo, mediante a assinatura do respectivo Termo de Posse, anexo I, parte integrante do presente instrumento. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavatura desta ata, a qual, depois de reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Assinaturas: Presidente: **Thierry Noel Michel Guillard**; Secretário: **Bernarda Brício Ramirez**; Acionistas: **Sodexo Pass International** (p.p. **Bernarda Brício Ramirez**) e **Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda.** (p.p. **Thierry Noel Michel Guillard**). Mesa: **Thierry Noel Michel Guillard**, Presidente; **Bernarda Brício Ramirez**, Secretária. **Acionistas:** **Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda.**, r.p. **Thierry Noel Michel Guillard**; **Sodexo Pass International**, p.p. **Bernarda Brício Ramirez**. JUCESP nº 144.721/23 em 12/04/23. Gisela Sierma Ceschin - Secretária Geral.

BRZ Brasilia II (C) Investimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/ME nº 35.121.721/0001.34 - NIRE 35.300.546.865
Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 03/07/2023.
Aos 03 (três) dias, às 16hrs, em Brasília, DF, Mesa: Presidente: **Nessim Daniel Sarfati**, Secretário: **Luís Carlos Martins Ferreira**. Deliberações: (i) O aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 1.152.882,20 em 100 milhões, cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e oitenta e dois reais e vinte centavos por meio da emissão de 11.528.822 (onze milhões, quinhentas e vinte e oito mil, oitocentas e vinte e duas) novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 0,10 (dez centavos de real) cada, das quais: (a) 11.500.000 (onze milhões e quatrocentas e duas mil e quatrocentas e duas) ações ordinárias; e (b) 28.822 (vinte e oito mil, oitocentas e vinte e duas) são ações preferenciais Classe A. Desta maneira, o capital social da Companhia passa de R\$ 226.315.692,30 (duzentos e vinte e seis milhões, trezentas e quinze mil, seiscientos e noventa e dois reais e trinta centavos) para R\$ 227.468.574,50 (duzentos e vinte e sete milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos), dividido em 2.294.685,745 (dois bilhões, duzentos e noventa e quatro milhões, seiscientos e oitenta e cinco mil, seiscientos e quarenta e cinco) ações nominativas e sem valor nominal, das quais: (a) 2.288.949.931 (dois bilhões, duzentos e oitenta e oito milhões, noventa e quatro mil e quatrocentas e noventa e nove mil e trinta e duas) ações ordinárias e (b) 5.735.714 (cinco milhões, setecentas e trinta e seis mil, setecentas e quatro) são ações preferenciais Classe A. As novas ações ora emitidas são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, pelos atuais acionistas da Companhia, conforme os boletins de subscrição anexos à presente Ata. Anexos I e II. Nada mais, JUCESP nº 275.609/23-6 em 12.07.2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A.

CNPJ/ME nº 69.034.668/0001.56 - NIRE 35.300.368.169
Ata de Assembleia Geral de Retificação Realizada em 04/08/2020
Data, hora e local: 04/08/2020, às 10h00min, na sede da Companhia, localizada no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araгуаи, nº 1.142, Bloco 3, do Condomínio Empresarial Araгуаи, Alphaville, CEP: 06455-000. **Convocação e publicação:** Dispensada a publicação dos anúncios de convocação face à presença de todos os acionistas, nos termos do § 4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76. **Mesa:** Presidente: **Marcos Eduardo Binder**, Secretário: **Gerardo Franca Sobrinha**. **Presença e Intitulação:** Acionistas representando 100% do capital da Companhia, a saber: (a) **Sodexo Pass International**, sociedade simples por ações, com sede na França, no endereço 255 Quai de la Bataille de Stalingrad 92866 - Issy - Les - Moulineaux Cedex 9, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 05.678.801/0001.24, neste ato devidamente representada por seu procurador Sr. **Marcos Eduardo Binder**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.728.405-3 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 143.814.758-95, domiciliado na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araгуаи, nº 1.142, Bloco 1, 3º andar, do Condomínio Empresarial Araгуаи, Alphaville, CEP: 06455-000; (b) **Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda.**, sociedade empresarial limitada, com sede social na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araгуаи, nº 1.142, Bloco 3, 3º andar, do Condomínio Empresarial Araгуаи, Alphaville, CEP: 06455-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.744.404/0001.43, com seus atos constituintes registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.223.134.235, neste ato, representada na forma do seu contrato social pelo Sr. **Gerardo Franca Sobrinha**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 36.593.012X, SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 705.598.993-34, domiciliado na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araгуаи, nº 1.142, Bloco 3, 5º andar, do Condomínio Empresarial Araгуаи, Alphaville, CEP: 06455-000; e (c) **SR. Marcos Eduardo Binder**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.728.405-3 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 143.814.758-95, domiciliado na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araгуаи, nº 1.142, Bloco 1, 3º andar, do Condomínio Empresarial Araгуаи, Alphaville, CEP: 06455-000. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a seguinte matéria de interesse da Companhia: retificar a a ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25/05/2020, no endereço 255 Quai de la Bataille de Stalingrad 92866 - Issy - Les - Moulineaux Cedex 9, em sessão de 18/05/2020 (PÁGE de 25/05/2020), de forma que fique expressamente registrado e com efeitos a todas as partes, principalmente a terceiros, que os membros da Diretoria e do Conselho de Administração da Companhia nomeados para seus respectivos cargos nos termos da AGE de 25/05/2020, tornaram posse de seus respectivos cargos no dia 25/05/2020 por meio da assinatura dos respectivos Quotes de Posse, os quais, por um lapso, foram anexados à ata da AGE de 25/05/2020 como sendo datados de 07/05/2020. Assim, o objeto da presente deliberação é a ratificação dos termos de posse dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração da Companhia, decorrentes da nomeação realizada na AGE de 25/05/2020 e a ata anexados, os quais datam de 25/05/2020, vale de 07/05/2020, sendo ainda ratificadas as demais matérias objeto da AGE de 25/05/2020, quais sejam: (i) a reeleição dos membros da Diretoria - Diretor Presidente e Diretor Financeiro com a confirmação da redação do estatuto; (ii) a reeleição dos membros do Conselho de Administração com a confirmação da redação do estatuto; e (iii) a publicação da ata da AGE de 25/05/2020 na forma de extrato, nos termos do § 3º do artigo 130 da Lei nº 6.404/1976. **Deliberações:** Colocada a matéria em discussão e posterior votação, os acionistas aprovaram na por unanimidade e sem quaisquer ressalvas retificar a a ata da AGE de 25/05/2020, o que o que os termos de posse dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração da Companhia são ora anexados com a data cometa das respectivas assinaturas (25/05/2020). **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavatura desta ata, a qual, depois de reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Assinaturas: Presidente: **Marcos Eduardo Binder**; Secretário: **Gerardo Franca Sobrinha**; Acionistas: **Sodexo Pass International**, **Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda.** e **Marcos Eduardo Binder**; Mesa: **Marcos Eduardo Binder**, Presidente; **Gerardo Franca Sobrinha**, Secretário. **Acionistas:** **Sodexo Pass International**, p.p. **Marcos Eduardo Binder**; **Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda.**, r.p. **Gerardo Franca Sobrinha**; **Acionistas:** **Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda.**, r.p. **Gerardo Franca Sobrinha**. JUCESP nº 355.688/20-7 em 02/09/20. Gisela Sierma Ceschin - Secretária Geral.

Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A.

CNPJ/ME nº 69.034.668/0001.56 - NIRE 35.300.368.169
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28/10/2022
Data, hora e local: Em 28/10/2022, às 10:00 horas, na sede social da Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A. (Companhia), no município de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araгуаи, nº 1.142, Bloco 1, 3º andar, sala B, do Condomínio Empresarial Araгуаи, Alphaville, CEP: 06455-000. **2. QUORUM:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes no "Livro de Presença de Acionistas". **3. Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação, conforme disposto no artigo 18, § 3 do Estatuto da Companhia e o artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404 de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **4. Mesa:** Presidente: **Thierry Noel Michel Guillard**; Secretário: **Marcos Eduardo Binder**. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a destituição do Sr. **Marcos Eduardo Binder**, brasileiro, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.728.405-3 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 143.814.758-95, com endereço comercial na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araгуаи, nº 1.142, Bloco 01, 3º andar, Bairro Alphaville Industrial, CEP 06455-000, do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (ii) ratificar a composição do Conselho de Administração; **6. Deliberações:** Todas tomadas por unanimidade: (i) aprovar a destituição da presente ata na forma sumária, como faculta o artigo 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações; (ii) aprovar a destituição do Sr. **Marcos Eduardo Binder**, acima qualificado, ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (iii) ratificar a composição do Conselho de Administração da Companhia formado por até 4 conselheiros, conforme abaixo: a) **Sr. Juan Camilo Chaves Zulagui**, colombiano, casado, engenheiro industrial, portador do passaporte nº PE117171, residente e domiciliado na CL 138 BHS 86 - 19 T0 90, apt. 301, NN - Santa Fé de Bogotá, Cundinamarca, Colômbia, CEP 60.233 e como Presidente do Conselho de Administração; b) **Sr. Aurélien Marie Pascal Dominique Sonet**, francês, casado, administrador, portador do passaporte nº 15FV16733, residente e domiciliado na 17 Avenue Emile Deschanel 75007, Paris, França; e c) **Sr. Thierry Noel Michel Guillard**, francês, casado, administrador, portador do RNM nº F3346886, inscrito no CPF/ME sob o nº 073.756.121-10, com endereço comercial na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araгуаи, nº 1.142, Bloco 1, 3º andar, Bairro Alphaville Industrial, CEP: 06455-000. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata e a mesma foi lida e aprovada pelos presentes. **Assinaturas:** Sr. **Marcos Eduardo Binder**, Presidente e **D. Thierry Noel Michel Guillard**, Secretário. **Acionistas:** **Sodexo Pass International**, p.p. **Marcos Eduardo Binder**; **Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda.**, p.p. **Thierry Noel Michel Guillard**, diretor. Apresente a cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Barueri, 28 de outubro de 2022. **Mesa:** **Thierry Noel Michel Guillard**, Presidente; **Bernarda Brício Ramirez**, Secretária. **Acionistas:** **Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda.**, r.p. **Thierry Noel Michel Guillard**; **Sodexo Pass International**, p.p. **Bernarda Brício Ramirez**. JUCESP nº 676.318/22-8 em 02/12/22. Gisela Sierma Ceschin - Secretária Geral.

Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A.

CNPJ/ME nº 69.034.668/0001.56 - NIRE 35.300.368.169
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/05/2023
Data, hora e local: Aos 30 (trinta) dias do mês maio do ano de 2023, às 10h00min, na sede da Companhia, localizada no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araгуаи, nº 1.142, Bloco 1, 3º andar, sala B, do Condomínio Empresarial Araгуаи, Alphaville, CEP: 06455-000. **Convocação:** Dispensada a convocação face à presença de todos os acionistas, nos termos do § 4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76. **Mesa:** Presidente: **Thierry Noel Michel Guillard**, Secretário: **Bernarda Brício Ramirez**. **Presença:** Acionistas representando 100% do capital da Companhia, a saber: (a) **Sodexo Pass International**, sociedade simples por ações constituída de acordo com as leis da França, com sede na França, no endereço 255 Quai de la Bataille de Stalingrad 92866 - Issy - Les - Moulineaux Cedex 9, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 05.678.801/0001.24, neste ato devidamente representada por seu procurador, a Sra. **Bernarda Brício Ramirez**, venezuelana, casada, administradora, portadora da Cédula de Identidade NRE nº 6378228-2 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 239.575.508-74, domiciliada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araгуаи, nº 1.142, Bloco 1, 3º andar, do Condomínio Empresarial Araгуаи, Alphaville, CEP: 06455-000; (b) **Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda.**, sociedade empresarial limitada, com sede social na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araгуаи, nº 1.142, Bloco 1, 3º andar, do Condomínio Empresarial Araгуаи, Alphaville, CEP: 06455-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.744.404/0001.43, com seus atos constituintes registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.223.134.235, neste ato, representada na forma do seu contrato social pelo Sr. **Thierry Noel Michel Guillard**, francês, casado, administrador, portador do RNM nº F3346886, inscrito no CPF/ME sob o nº 073.756.121-10, domiciliado na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araгуаи, nº 1.142, Bloco 1, 3º andar, do Condomínio Empresarial Araгуаи, Alphaville, CEP: 06455-000. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a seguinte matéria de interesse da Companhia: (i) A alteração do endereço da filial com CNPJ 69.034.668/0039-29 (Filial) para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (ii) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (iii) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (iv) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (v) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (vi) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (vii) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (viii) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (ix) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (x) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (xi) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (xii) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (xiii) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (xiv) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (xv) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (xvi) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (xvii) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (xviii) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (xix) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (xx) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (xxi) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (xxii) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (xxiii) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (xxiv) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (xxv) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (xxvi) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (xxvii) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (xxviii) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (xxix) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (xxx) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (xxxi) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (xxxii) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (xxxiii) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (xxxiv) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (xxxv) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (xxxvi) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (xxxvii) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (xxxviii) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (xxxix) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (xl) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (xli) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 21, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP: 05425-902. (xlii) A alteração do endereço da matriz para o seguinte endereço: Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7.221, conjunto 901, Bloco A, 9º andar, Edifício Birman 2